



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 20

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª Reunião de 29-09-2010

Aos vinte nove dias do mês de Setembro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Marco António da Costa Gonçalves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada não se verificou a ausência de Vogais:

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Paulo Jorge Lopes Anes, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Paulo Jorge Teixeira de Jesus e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo e António Manuel Santos Salavessa, respectivamente.

A vogal Anabela Almeida Saraiva apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Suspensão de Mandato: nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário, do pedido de suspensão do mandato, apresentado pelo Vogal Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, eleito na lista do Partido Social Democrata, por um período de 90 dias, compreendido entre 29 de Setembro de 2010 e 29 de Dezembro de 2010, sendo substituído pela sucedânea na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰², deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Aprovação da execução financeira de:

a) Beneficiação/Requalificação da EN 230-1, 1.ª fase;

b) Construção do CAR-Surf de São Jacinto;

c) Centros Educativos de São Bernardo e Santiago;

Ponto 3. – Carta Educativa do Concelho de Aveiro — Proposta de recomendação.

Continuando, o Presidente da Mesa⁰³, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 15 – Sessão Ordinária de Junho - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 16 – Sessão Ordinária de Junho - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 17 – Sessão Ordinária de Junho - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 18 – Sessão Ordinária de Junho - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 19 – Sessão Extraordinária de Julho: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e quatro abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa⁰⁴ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o munícipe *José Alberto de Carvalho Neves*⁰⁵, residente em Esgueira, que veio expor um assunto relacionado com os aumentos da factura da água e os custos das ligações exigidas pela AdRA .

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste Período de Intervenção do Público, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁷

“Nós registamos com muito interesse esta intervenção. Já não vou repetir pelo facto de ser trazido a esta Assembleia, problemas reais que são sentidos no concelho, mas pelo facto de vermos ou de nos ter trazido ou demonstrado até que ponto uma aprovação generalizada, que não tenha em conta situações particulares, pode num conjunto de situações particulares, que segundo o munícipe são mais largas do que a sua situação individual, como podem ser gravosas para um conjunto de pessoas.

Portanto penso que independentemente daquilo que esta Assembleia possa vir a fazer, que a Câmara deve de imediato intervir junto da AdRA, colocando este tipo de situações, portanto deixando de ser só o munícipe (com certeza já o fez) junto dessa empresa e independentemente da batalha jurídica que entender travar relativamente a esta questão, penso que a Câmara enquanto parte deste processo devia de imediato intervir junto da AdRA no sentido de a empresa encontrar soluções para situações deste tipo e que passam obviamente pelo reconhecimento de todos os casos em que haja um desfasamento evidente entre a taxa de disponibilidade e o consumo real que é produzido durante um ano digamos assim, ou durante vários meses, porque não é um mês de férias que determina o consumo. Mas tirando uma média de um conjunto de meses, portanto fazer o acerto destas situações, em que há um evidente desfasamento entre a taxa de disponibilidade e a taxa que é indexada ao consumo real. Eu agradecia em nome da nossa bancada a intervenção do munícipe e enquanto grupo estaremos atentos ao desenvolvimento desta questão.”

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁸

“Boa noite. O cidadão em questão tem razão! Tem razão em tudo! E tem razão principalmente no facto de esta questão não ser apenas do seu interesse. Na nossa opinião é do seu interesse e é do interesse de todos. É do interesse de Aveiro, é do interesse de Portugal, é do interesse do mundo e passa essencialmente pela forma política de abordar a questão dos recursos naturais. A água é antes de outra coisa qualquer um recurso natural. Ou seja, não é por princípio de ninguém e ao mesmo tempo é de todos. É isto que o Bloco de Esquerda defende. E só há uma forma de garantir essa visão política, é mantendo a água no domínio da gestão pública. E o que a Câmara fez quando decidiu aderir à AdRA e quando decidiu mais tarde recusar-se nesta Assembleia a propósito de uma proposta que o Bloco de Esquerda fez aqui, recusou-se a sair da mesma enquanto não havia lugar a indemnizações, o que a Câmara fez foi precisamente abdicar do controle público desse recurso natural. Referindo-me a esta questão concreta, na altura dessa discussão, eu lembro-me perfeitamente enquanto deputado do Bloco de Esquerda tive acesso a esse estudo, havia um estudo de que a Câmara também teve conhecimento, que adivinhava o aumento do preço da água depois de aderir à AdRA. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)⁰⁹

“Boa noite Senhor Presidente, Senhores deputados. Agradeço imenso as palavras que a intervenção do público teve neste momento sobre a AdRA, porque realmente é uma situação que está a surgir e que eu já tive várias queixas de alguns municípios de Aveiro que me vieram fazer realmente essa queixa, porque realmente o preço por metro cúbico da água realmente não subiu e damos razão porque a água realmente poderia não ter subido. Agora as taxas de disponibilidade, como aliás disse o nosso interlocutor, essas sim subiram e de que maneira e dispararam e aliás elas nem sequer estavam contabilizadas nos antigos contratos. Portanto penso que realmente é de ter atenção, chamar a atenção à Câmara para tentar realmente nas Assembleias da AdRA, que porventura irá ter, para realmente reverem essa situação, porque nós fomos se calhar, não direi enganados, mas menos convencidos, porque ao dizermos que o preço por metro cúbico da água não subirá exorbitantemente, sim senhor até aceitámos e até apoiámos a situação da entrada em campo dos Serviços Municipalizados de Aveiro para a AdRA. Agora nunca a cobrança de uma tarifa ao lado na taxa de disponibilidade. É que realmente isto apanhou os municípios realmente na expectativa e sem saberem o que é que se estava a fazer.

Outra situação. Eu tomei a liberdade de me deslocar à AdRA também fazer uma reclamação em virtude de vários municípios que vieram falar comigo. E um dos conselhos que na AdRA me disseram, era para pedir alteração do ramal de alimentação!? Quer dizer, isto é ridículo! Quer dizer, estamos a aprovar um regulamento, aprovámos inclusivamente a adesão à AdRA e agora na própria AdRA dizem que uma das situações é baixar os ramais de alimentação? Então não tinham definido isto antes? Não é agora a gente ter que se deslocar às instalações da AdRA e comunicar desta maneira. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰¹⁰

“Muito obrigado, Senhor Presidente. De facto começo a consumir aquilo que estava escrito nas estrelas. Aqui a Câmara disse que na altura em que propôs a adesão — e lembro aqui mais uma vez o Partido Socialista votou honrosamente contra.

Ali pela voz do Sr. Dr. Pedro Ferreira e também pelo senhor Presidente da Câmara, disseram que as taxas, que a água, não ia aumentar. Jurou e trejurou isso para Aveiro. E como se vê os resultados são completamente diferentes.

E se tivessem tido um pouco de cuidado, pelo menos a analisar aquilo que é a empresa Águas de Portugal, tinham verificado que as Águas de Portugal só tinham vindo para cá efectivamente para sacar algum.

Para terem uma noção, as Águas de Portugal neste momento são uma empresa cuja dívida bancária deve ultrapassar os dois mil e setecentos milhões de euros e que os seus encargos financeiros anuais devem ser superiores a cem milhões de euros. Mas não só! Diz-se assim: — pois sim senhor, eles investem muito! Claro que investem muito. Têm investido na ordem dos quinhentos milhões de euros por ano (estamos a falar em investimentos totais) e têm recebido subsídios de cerca de mil e setecentos milhões de euros por ano — portanto, vejam como é que a coisa funciona. Isto é, enquanto há outras Câmaras desejosas, “mortinhas,” a lutar para saírem da empresa que em má altura foi criada para gerir as águas e que são maioritariamente participadas pelas Águas de Portugal — quando deviam ser maioritariamente participadas pelos municípios da nossa zona, Aveiro aderiu! Estão aí os resultados!

Estão aí os resultados e é pena que isso aconteça. Mas não é apenas aquilo que está a acontecer, é o que vai acontecer no futuro. Porque como todos vocês sabem, os juros bancários estão aí a trepar. E quem tem dois mil e setecentos milhões de dívida bancária e o passivo total de cerca de cinco milhões e tal, vai ter que sacar esse dinheiro nalgum

lado. Pobres dos Aveirenses que foram enganados por esta Câmara e na altura esta Assembleia disse-o e agora está-se a verificar foi enganada por esta Câmara e por quem votou maioritariamente com os Partidos do Poder na adesão à “lAdRA”, que de facto se está a comportar para com os aveirenses como uma verdadeira ladra. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹¹

“Senhor Presidente, Senhores deputados, umas breves palavras. Para dizer que na última Assembleia Municipal o PS trouxe aqui novamente esta questão. E sem querer repetir o argumentário que introduzimos nessa altura, apenas reiterar três notas que foram aqui trazidas por este Senhor munícipe.

De facto a promessa da Câmara à época foi a de não haver aumento da tarifa. E ela verificou-se! Os aveirenses passaram a pagar mais. E passaram a pagar mais onde mais custa. Porque o tarifário social subiu 17% (de 0,45% para 0,527%). E se felizmente o cidadão que aqui veio disse que podia pagar, muita gente vai ter e já está a ter, gravíssimas dificuldades em suportar estes aumentos.

E mais. É que os aveirenses estão a pagar mais antes de abrirem a torneira porque de facto as taxas de disponibilidade aumentaram a todos os níveis. Como os Senhores deputados, o Senhor Presidente e a Câmara estarão recordados, eu trouxe aqui uma factura de comparação com a última factura emitida pelos SMA's e a primeira emitida pela AdRA — e esses aumentos são notórios. É evidente que haverá disparidades, foi um testemunho que aqui foi trazido, haverá seguramente outros.

Haverá também poucos (é justo dizê-lo) que pagarão menos. Mas a generalidade dos aveirenses vai pagar e já está a pagar mais. Eu recorde até as palavras do líder do grupo parlamentar do PSD, que perante as evidências apresentadas referisse ‘bem, o futuro agora, é nós termos que ir analisando e ir tendo atenção se de facto este fenómeno irá perdurar no tempo’. Aqui está mais um testemunho que de facto o partido socialista teve razão na altura certa, que era bom de prever que estes aumentos iriam acontecer. Terminava só para dizer o seguinte: dos mais de cento e vinte milhões de euros do QREN nos próximos quatro anos, zero euros serão investidos em Aveiro — pelo menos deveríamos ter direito a algum investimento em Aveiro, mas nem isso! Disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰¹²

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, primeiro saudar o caro munícipe de facto por ter vindo partilhar a esta Assembleia um problema, que é um problema que realmente o munícipe vive, mas tenho a certeza que está a falar em nome também de outros munícipes que estão a sentir exactamente o mesmo problema. E a propósito disso gostava de dizer o seguinte: primeiro que tudo nós aqui já discutimos muitas vezes as vantagens que há de haver um serviço público que tenha uma dimensão regional para prestar apoio na distribuição de água e por isso haver um ganho de escala na gestão daquilo que todos nós reconhecemos como sendo um recurso indispensável. Ainda bem que aqui já foi recordado que é muito importante que depois da implementação de um determinado processo, neste caso adesão e a entrada em funcionamento desta empresa de distribuição de águas, se faça uma reflexão. E é nessa reflexão que nós exactamente estamos. Por isso estamos naquilo que podemos chamar o período de implementação, um período experimental, em que existem neste período experimental um conjunto de dados novos que são incluídos na factura e gostaria aqui de lembrar, porque a factura não se refere somente ao pagamento de água, refere-se também a um outro conjunto de cálculos que são feitos, para poder ser cobrado o serviço não só do consumo da água, mas também do saneamento, também a taxa de resíduos sólidos.

E por isso é importante e é eventualmente natural, apesar de também não ficar confortável pelo facto de isso estar a acontecer, de haver tantas não conformidades. Gostaria que houvesse menos.

Agora aquilo que tenho a certeza e que todos temos também que neste órgão fazer pressão para isso não acontecer, e que realmente estas não conformidades sejam corrigidas. Porque aquilo que nos tem sido mostrado, não só por este município, também por outros com quem já temos falado aqui nesta Assembleia, há realmente um conjunto de situações que não estão de acordo com aquilo que tinham sido práticas de facturações no passado. E a AdRA é conhecedora daquilo quanto os diferentes municípios pagavam no passado e quanto é que estão a pagar agora.

E por isso pode perfeitamente fazer este estudo, creio que o estará a fazer, mas cabe-nos a nós pressionar para que o faça rapidamente, para que se torne mais justo esta questão da distribuição da água. São esses os votos que fazemos e em termos de bancada do PSD exercemos a pressão que esta Assembleia achar que seja a necessária para que realmente a AdRA o mais brevemente possível possa corrigir estas situações. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰¹³

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira⁰¹⁴

“Senhor Presidente, Senhores deputados. Dar as boas-noites também ao Sr. José Neves, que teve a oportunidade de nos dirigir algumas palavras.

Por aquilo que me pareceu da intervenção do Senhor José Neves, trata-se de facto de uma situação específica em relação à questão do seu contador. E eu digo, parece-me, porque foi aquilo que deduzi da sua situação, sem escarpelizar o assunto, porque não tive acesso a ele.

Aquilo que lhe pedia era, como qualquer município, se puder marcar um atendimento comigo eu poderia ver em concreto o assunto para ser mais fácil tratar com a AdRA. E eu transmitirei à AdRA no caso genérico de uma situação relativa a uma taxa de disponibilidade, que adivinho que tenha a ver com o nível de caudal de contador. Como é previsível podem ter a percepção disto, estamos aqui a falar um bocadinho numa situação específica que nem sabemos em concreto se será essa mesma.

Obviamente que alguns dos senhores falaram de outras questões. Mas parece-me que é uma situação muito específica, porque por muitos aumentos que possam ter existido nalguns escalões (e eu já o transmiti), um aumento desta magnitude tem a ver com certeza com uma situação muito particular que aconteceu em alguns casos que nós sabemos ao nível das sociedades comerciais — mas que eu não tinha conhecimento de nenhum particular. E, portanto, pedia-lhe esse favor. Seria mais fácil eu como decisor político transmitir à AdRA em concreto a sua situação com mais dados, porque assim é apenas transmitir algo no geral.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Mesa⁰¹⁵

Moção A – apresentada pelo Bloco de Esquerda⁰¹⁶

«Moção

Considerando que:

1-A recente expulsão de França de cidadãos europeus foi movida apenas por motivos étnicos, e que portanto esta constitui uma política de cariz xenófobo do executivo francês liderado por Nicolas Sarkozy;

2-Recentemente se tem vindo a observar um pouco por toda a Europa a estigmatização de minorias étnicas ou nacionais, como é o caso da existência de fichas polícias especiais para ciganos na Itália, com referência à sua etnia, religião e impressões digitais; ou o recentemente isolamento duma comunidade de ciganos em Beja, Portugal, por um muro de betão construído pela autarquia;

3-A livre circulação de pessoas e o direito de residência constitui um dos pilares de qualquer Estado de Direito e da União Europeia;

4-A discriminação institucional e social das minorias étnicas as empurra para precariedade, para a pobreza, para a exclusão e para a marginalidade;

5-A clandestinidade apenas favorece a exploração da mão-de-obra barata e escrava, a exploração sexual e o lenocínio;

6-Qualquer acção política de cariz racista vai contra a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que se afirma pela igualdade de todas as pessoas;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião de 29 de Setembro de 2010, decida deliberar:

a)Associar-se à condenação, expressa pelo Parlamento Europeu, da política e retórica discriminatória do governo francês, considerando que estas violam os tratados, a legislação comunitária e os direitos humanos;

b)Reafirmar Aveiro como um município que rejeita todas as formas de discriminação e zela pelo princípio da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, religiosa e cultural;

c)Assumir o compromisso de seguir uma política de inclusão no que diz respeito aos sectores mais desfavorecidos da sociedade, independentemente da sua etnia, religião ou nacionalidade.»

Moção B – apresentada pelo Bloco de Esquerda⁰¹⁷

«Moção

Contra a abertura dos hipermercados aos Domingos, em defesa do comércio local e das suas vantagens para a região.

Atendendo a que:

1. Foi revogada a portaria 153/96 que interditava as grandes superfícies comerciais contínuas de abrir a partir das 13 horas de Domingos e feriados, ficando à deliberação das câmaras municipais no âmbito do Decreto-Lei 48/96 a possibilidade de abertura no período até então interdito.

2. O presidente da ACP (Associação Comerciantes do Porto) Nuno Camilo alerta, em notícia de dia 22 de Julho de 2010, para “o encerramento de empresas” e aumento do “desemprego no comércio tradicional” frisando que “o argumento da criação de postos de trabalho é irreal” porque aquilo que se verificará “é uma adaptação da rotação dos turnos” nas grandes superfícies.

3. O comércio tradicional potencia o turismo pelas suas características regionais e que permite o desenvolvimento de uma economia e produtos locais

4. A abertura das grandes superfícies ao domingo potencia grandes deslocações das periferias para os centros urbanos com os problemas de mobilidade para os pólos urbanos e desertificação das zonas rurais.

5. Já todos conhecemos os efeitos nocivos para o pequeno comércio na Avenida Lourenço Peixinho em resultado de alguns centros comerciais na cidade.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 29 de Setembro de 2010, delibere:

- a) Manter as limitações horárias até então previstas para espaços com mais de 2.000 metros quadrados.»

Moção C – apresentada pelo CDS/PP⁰¹⁸

«Moção do CDS sobre a alteração dos horários dos Hipermercados

- Considerando que o Governo atribuiu às Câmaras Municipais as competências dos horários das grandes superfícies sem quaisquer restrições relativamente ao seu funcionamento durante Domingos e feriados nacionais;
- Considerando que a possibilidade de abertura das grandes superfícies comerciais aos Domingos e feriados nacionais irá gerar injustiças e distorções tanto no comércio tradicional como no próprio público consumidor, e que esta abertura indiscriminada, terá consequências negativas no comércio tradicional e de rua existente na cidade de Aveiro, da qual depende, em larga medida, a revitalização urbana na cidade;
- Considerando que importa que a Câmara Municipal de Aveiro salogue os legítimos interesses da Cidade e dos seus comerciantes tradicionais e de rua.
- Considerando que o descanso do cidadão ao Domingo deveria ser conservado;

Sendo assim, vem o grupo parlamentar do CDS pela presente moção defender a ideia de que não deverão ser alargados os horários das grandes superfícies aos Domingos e feriados nacionais, para além do que já se pratica hoje ou, em situação extrema propor um referendo a nível concelhio sobre este assunto.»

Moção D – apresentada pelo PPD/PSD⁰¹⁹

«Requerimento.

A Bancada do Partido Social Democrata requer à Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro a discussão e votação neste ponto de Antes da Ordem do Dia, do seguinte Voto de Protesto:

- 1- Face à forma menos correcta como Aveiro e as suas gentes estão a ser tratadas no que respeita à implementação das portagens nas SCUT;
 - 2- Face à não consideração de isenção nos troços urbanos curtos, e dentro do concelho de Aveiro;
 - 3- Face à falta de diálogo entre o Poder Central e a C. M. de Aveiro nesta temática;
- a) A Assembleia Municipal de Aveiro reunida a 29 de Setembro de 2010 aprova por um voto de protesto contra a implementação de portagens nos troços urbanos curtos, e dentro do município.»

Presidente da Mesa⁰²⁰

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²¹

“Estando de acordo com esta questão da introdução de pontos em cima da hora, acho que devia haver em termos metodológicos algum método. Porque eu para falar sobre o que os outros aqui trazem fico sem tempo para os assuntos que eu quero trazer.

Portanto vou dizer que, genericamente, estou de acordo com aquilo que é proposto. Não estarei de acordo com alguns considerandos. Com certeza que também não vão querer saber quais os considerandos com os quais estou de acordo e com os que não estou de acordo, mas pela minha parte as posições serão viabilizadas — por falta de tempo não direi mais que isto.

Penso que seria negativo ou pelo menos uma omissão grave, se esta Assembleia não registasse, e eu pedia que ficasse registado em acta, o facto de se estar a aproximar o Centenário da República.

O Centenário da República é uma data de grande significado para o nosso País. No século XX a proclamação da República foi um primeiro gesto, um primeiro acto de afirmação pelo povo português dos valores da democracia e da liberdade. Valores que foram devidamente consolidados no 25 de Abril. Por isso, não podia deixar, embora de forma muito sucinta, de evocar esta efeméride.

O essencial do período de antes da ordem do dia vai para a questão das SCUT. É evidente que não resulta da proposta apresentada pelo PSD, mas de uma outra visão do problema. Essa visão é a de que estamos de facto perante uma enorme injustiça. Uma injustiça que é feita aos cidadãos deste país. E uma injustiça que é feita aos cidadãos de Aveiro e da região de Aveiro, em particular. Porque aqui, se fazem incidir estas portagens, desde já e de uma forma particularmente violenta, não sendo este o comportamento do governo relativamente à generalidade do país, criando aqui um desequilíbrio e uma desigualdade efectiva que o governo do Partido Socialista quis implementar.

Eu partia neste caso para um exemplo concreto, que é o exemplo de alguém que foi colocado como professor em Ovar e que tem de se deslocar diariamente para Ovar.

Quem se desloca diariamente até Ovar, paga em portagens, cinco euros e oitenta — o que multiplicado por vinte dias úteis significa cento e dezasseis euros... cento e dezasseis euros! No caso concreto, para um professor contratado, significa dez por cento do seu salário. Não é coisa pouca, antes pelo contrário.

E podem falar de isenções, de reduções, por mais temporárias que sejam, porque, se nós virmos no concreto as dez primeiras utilizações desta pessoa que vai diariamente trabalhar para Ovar esgotam-se num dia e pouco. Porque não são dez dias de isenção... são as dez primeiras utilizações. E pelo sincopado, pelo ritmo sincopado das portagens, vai-se para Ovar marca quatro, vem para Aveiro marca oito, meia viagem no dia seguinte atingiu as dez. Portanto acaba por ser o desconto de um dia e pouco.

Penso que é de facto uma violência enorme que é praticada e que continuando no exemplo concreto, de alguém que já contribuiu para o esforço pelo facto de não ter aumento no ano que agora está a decorrer e, segundo dizem, irá ter um corte no salário no próximo ano. Portanto isto tudo junto é muita coisa; é muito esforço para um grupo só.

Não queria deixar de aplaudir a iniciativa do PSD em trazer e de criar a oportunidade para esta Assembleia se pronunciar relativamente às portagens. Mas sem deixar de dizer que elas só existem porque o PSD deixou e o permitiu. Bastava ao PSD ter votado a proposta do PCP para que este processo fosse parado para o processo ter sido parado. Portanto não vinga a posição do PSD, que é pública, de lavar as mãos e de dizer que não é nada com o PSD.

É com o PSD porque o PSD podia ter impedido se quisesse, podia ter apresentado o seu projecto para parar este processo, e não apresentou. Podia ter votado os projectos que outros apresentaram e não votou. Portanto, viabilizou, de facto, aquilo que está a acontecer.

Mais estranho ainda me parece a posição da CIRA. Pela voz do Senhor Presidente da CIRA houve como que um aplauso a três quartos, digamos assim, desta medida. Dizendo que ela afinal não é assim tão gravosa e que até se cortou no percurso, ou até se conseguiu ganhar o percurso entre Aveiro e a Barra, o que é louvável. Mas não se conseguiu este absurdo, esta ofensa, que é a do percurso entre Esgueira e o Estádio!? Que é de facto uma ofensa total. Como se fosse a mesma coisa o percurso para a Barra, que é utilizado em determinadas circunstâncias, e o outro percurso para o Estádio. Mas isso não vem o Presidente da CIRA dizer. Saberá aquilo que quer dizer com este aplauso, que até compreende que seja implementado primeiro no Norte porque no Sul ainda não fizeram os

pórticos (outro absurdo) como se justiça não fosse esperar que os outros pórticos estivessem construídos para aplicar em todo o lado. Mas o Presidente da CIRA entende aplaudir a três quartos esta medida.

Aquilo que eu acho estranho é a tomada de posição da CIRA subscrevendo a posição do Senhor Presidente. Portanto, há uma tomada de posição pública da CIRA após reunião, que vem no mesmo registo! Eu queria saber que posição tomou a Câmara Municipal de Aveiro nessa reunião da CIRA e porque é que não há eco público dessa posição? Pelo menos eu não vislumbrei qualquer eco por parte do Município de Aveiro a dissociar-se dessa posição da CIRA. Por aqui me fico, certamente que já ultrapassei o meu tempo.”

Presidente da Mesa: [022](#)

“Fazia apenas um apelo aos diferentes Grupos Parlamentares e aos Senhores Deputados, em relação ao seguinte: quando se tem uma temática para apresentar à Assembleia Municipal devemos ter o critério se a devemos agendar com devido tempo, aliás como fez o Partido Socialista para esta sessão, dando-lhe a dignidade de agendamento dum ponto versus o uso de votos enquadrados no período antes da ordem do dia, regimentalmente possível, mas obviamente, como o Senhor deputado Salavessa referiu, com menor margem de discussão. Mas isso é um critério.

A Mesa faz este apelo aos Senhores deputados, porque podem-no fazer das duas maneiras. Apenas que um pode ser entregue à própria da hora e o outro uma semana antes... também não é muito.

E este apelo serve para realmente resolvermos esta questão bem levantada pelo Senhor Deputado Salavessa. Partindo da iniciativa dos Senhores deputados decidirem se essa temática deve ser enquadrada da forma como estes votos foram, e que temos propostos para debate no período antes da ordem do dia, ou se, pelo contrário, deverão ter a dignidade e a discussão que passe a expressão, porque todos têm igual dignidade, mas dignidade no sentido de agendamento para o período da Ordem do Dia, como um ponto único da respectiva ordem de trabalhos.

Fazemos esse apelo para que os Senhores deputados saibam distinguir precisamente essa circunstância.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [023](#)

“Sobre as portagens em Aveiro, ouvi com atenção e li a proposta de requerimento do Partido Social Democrata.

Eu gostava de lembrar aqui que, tal como disse o meu colega do Partido Comunista, a responsabilidade de termos portagens neste momento, em Portugal tal como elas estão, é do PSD.

E gostava de lembrar que a proposta do PS, com a qual nós discordámos - a proposta inicial de portagens em Portugal - previa isenções já em alguns sítios. Não se explicava muito bem onde, nem porquê, mas previa.

E foi precisamente o líder do PSD que, em negociação com o PS, disse “eu sou a favor das portagens mas sem isenções em lado nenhum”. E portanto, não deixo de achar interessante que o PSD-Aveiro venha dizer que é a favor do princípio do utilizador-pagador. Ou seja, isso é ser a favor das portagens mas depois venha dizer que “somos a favor das portagens, mas no meu quintal não”. Portanto, em todo o lado, menos no meu quintal. Ora, solidariedade na economia, não. Portagens, sim! Menos onde eu tenho que pagar. E sobre portagens não digo mais nada.

Mas gostava de trazer novidades frescas a esta Assembleia Municipal. E isto porque hoje mesmo na Assembleia da República, o coordenador nacional do Bloco de Esquerda,

Francisco Louçã, anunciou, numa sua intervenção, que o governo ia aumentar o IVA e diminuir os salários da Função Pública. Que não, respondeu-lhe o governo.

Pois o Governo do PS acabou de anunciar, estrategicamente durante um jogo de futebol do Benfica na Liga dos Campeões, novas medidas de redução do défice que vão de encontro ao recente relatório da OCDE divulgado nos média. Entre outras medidas graves para quem trabalha, para quem é pobre, e para quem nem sequer consegue trabalhar, destacam-se essencialmente três: aumento do IVA para vinte e três por cento; corte nos salários da função pública de cinco por cento; redução do RSI em vinte por cento.

Isto acabou de ser anunciado pelo Governo do Partido Socialista durante um jogo de futebol. As medidas são más, a ética é pior! E isto depois de um ex-ministro do PS, imitando a proposta de Passos Coelho para mudar a Constituição, vir há dois dias dizer que se devia acabar com a Saúde e com a Educação, tendencialmente gratuitas na Constituição Portuguesa. Hoje também Passos Coelho depois das medidas anunciadas pelo PS, acabou por deixar a porta aberta para aprovação do Orçamento de Estado. Isto depois da novela que Passos Coelho criou do ‘com Sócrates sozinho numa sala é que eu não fico’. Talvez fique sim, de porta aberta, como ele acabou de dizer.

E eu repito: as medidas agora anunciadas pelo governo aplicam-se, mais uma vez, a quem não tem outra forma de vida se não a sua força de trabalho e, até, àqueles que já nem isso têm. Aumenta-se o IVA e outros impostos; reduz-se os salários; desprotege-se o desempregado; descapitaliza-se a segurança social e o próprio Estado. Continua-se, insistentemente, a linha política que nos levou à crise e que se transformou num vaivém crescente. Passe a expressão, uma espécie de pescadinha de rabo na boca.

As medidas agravam a crise e a crise leva a novas medidas. As novas medidas agravam a crise e a crise leva a novas medidas. O governo PS (conluio PSD) não consegue sair disto. E é preciso que se saiba que, o relatório da OCDE, não é, de facto, um relatório da OCDE. É um relatório feito com funcionários do governo português em que a OCDE se portou apenas como máscara das pretensões do governo português. Essas pretensões são óbvias: continuar a economia de miséria, de desigualdade, e de medo.”

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) [024](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [026](#)

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) [027](#)

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Eu só tenho é que ter paciência para algumas coisas que oiço aqui. E ultimamente tenho perdido um bocado a paciência.

Antes de mais quero subscrever a maior parte daquilo que o meu antecessor disse. Porque é uma verdade que os deputados (e eu vou algumas vezes à Assembleia da República) falam muito. Falam muito, aquecem pouco, mas não querem é perder regalias.

E eu também não sou a favor das portagens nas SCUT. Mas o Louçã pode pagar bem; eu é que não. E indo mais à frente, vou-me referir mais a Aveiro, porque estou mais interessado nisso.

Ultimamente há situações às quais temos assistido e que dificilmente as compreendo. Quero-me referir por exemplo às árvores da Avenida.

A democracia deve ser praticada. E como o Senhor Presidente da Câmara disse aqui em Julho passado, a democracia não é uma anarquia, tem regras. Eu digo... tem regras e devem ser praticadas — isto vem a propósito dos motivos do abate dos choupos da Avenida ao assistirmos à lapidação e alteração, a meu ver, das regras democráticas.

Aos órgãos eleitos democraticamente raramente a Câmara dá respostas. No entanto quando uma pessoa em nome de ‘Os Amigos da Avenida’ exige, tudo se concede, tudo é

permitido!? E sobre isto digo que, às vezes, atiramos a pedra e ela cai-nos em cima da cabeça.

Isto vem a propósito de eu ter dito aqui, no princípio do anterior mandato, quando intervim em defesa dos moradores da Vera Cruz, o Senhor Presidente da Câmara chegou a dizer-me que não tinha que os defender pois poderia receber as queixas directamente — isso está escrito.

Hoje assistimos a este forrobodó. O “Amigo da Avenida” pede o relatório ou os estudos e a Câmara dá-lhe. A seguir pede os anexos e a seguir se calhar vai pedir outra coisa qualquer.

A democracia, neste caso, quanto a mim, está a inverter-se e a Câmara está a contribuir para que isto aconteça. Hoje há pessoas que em vez de pedirem à Câmara ou à Junta que dê conhecimento de algumas coisas que se passam, pedem ao “Amigo da Avenida”. Cuidado! Os técnicos devem ser respeitados.

Sobre os choupos da Avenida, os técnicos já vêm há muito tempo a chamar a atenção para o que pode acontecer. Penso que quem elaborou o estudo seja credível. Portanto, temos que acreditar. Porque, meus amigos, a Câmara tem grande responsabilidade na segurança das pessoas e bens. Afinal quem são as instituições representativas das pessoas?

Falando em segurança... quando se convoca o Conselho Municipal de Segurança?! É importante que, numa atitude responsável, se discuta a Segurança no concelho, porque não aceitamos respostas iluminadas do género «já sabemos o que se está a passar».

Ainda sobre segurança queria referir-me aos arrumadores e ao que se passou na Loja do Cidadão. Ficamos admirados com a resposta da Senhora Vereadora. Gostava de saber o que se fez até agora para atenuar a situação. Nada está a ser feito...

Existiu em Aveiro um projecto que era o ‘Agir para Inserir’. Este projecto que era também da Câmara acabou. Nada se fez. E era importante que a Câmara e os seus técnicos quando surgem projectos de qualidade como era o caso deste, planeiem, façam estudos, para que os projectos depois de serem subsidiados continuem em actividade.

E agora queria falar sobre uma situação de uma limpeza que ficou por fazer, e, para a qual, eu gostava de chamar a atenção.

No passado Sábado realizou-se a ‘Feira das Cebolas’ na Praça Melo Freitas. Foi realizada por amadores, pela Junta de Freguesia. Fez-se muito lixo. Mas quando terminou a feira tivemos o cuidado de deixar a praça limpa. E ficou.

No mesmo dia, assistimos no Rossio à “Guerra das Almofadas”, actividade que contou com a parceria da Câmara. Para meu desgosto, na segunda-feira, o Rossio ainda estava cheio de penas das almofadas.

Sabemos que o Rossio é um parque importante para todos nós e para a cidade, onde há sempre muita gente. Por isso temos que contribuir para que aquele espaço sirva com limpeza e com dignidade as pessoas que para lá se deslocam. E por isso chamo a atenção da Câmara para o facto das pessoas que lá estavam serem profissionais, são Técnicos Superiores da Câmara; mas não se preocuparam no final da festa em deixar o Rossio limpo.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [029](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Queria saudar a Mesa da Assembleia, a digníssima Câmara e todos os Senhores Deputados.

A minha intervenção refere-se a um assunto que eu já trouxe a algum tempo a esta Assembleia e que se refere à implementação de portagens nas SCUT. Refiro-me ao troço que nada tem a ver com SCUT, porque quando o Engenheiro João Cravinho inventou as SCUT ele já existia há bastante tempo. Refiro-me ao troço entre o nó de Ângeja e a Barra.

Na altura, alertei para o facto da taxaço de este troço poder vir a ser extremamente gravoso para a Freguesia de Cacia. Afirmo que, no contexto do Concelho de Aveiro, a freguesia mais prejudicada com a implementaçã de estas portagens a partir da saída de Ângeja, é a freguesia de Cacia. Porque a construçã de aquele troço, no âmbito do IP5, melhorou substancialmente as condições de circulaço em Cacia, que se reflectiam na qualidade de vida da sua populaço e na melhoria da segurana rodoviária com a reduço de acidentes, e que agora, naturalmente, vão voltar a acontecer, com todas estas incongruências de portajarem esta zona de Cacia.

Queria dizer que a Junta e a Assembleia de Freguesia de Cacia, bem como a populaço de Cacia, responsabilizam o Governo que accionou todo este processo em todas as consequências materiais e pessoais, resultantes desta decisã que vem prejudicar esta freguesia. É um absurdo de governaçã do país. Obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³⁰

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcriço em acta: ⁰³¹

“Muito boa noite. Gostaria de fazer umas breves alusões às moço de aqui foram apresentadas, para dizer que não posso deixar de concordar com a reafirmaço de Aveiro como uma cidade solidária, apostada na inclusã, contra todas as formas de exclusã social sejam elas de minorias ou de outras. Isto está no espírito e na letra do programa do PSD, está nas intenço de nossos responsáveis, e contarão sempre comigo e conosco para essa luta. Penso que é uma luta que nunca irá ser dada com terminada.

Já relativamente à questã francesa, pessoalmente, não concordo com o que lá se passou, mas penso que não caberá nesta Assembleia, mesmo não deixando de estar em sintonia com os protestos que a nível mundial se levantaram sobre o assunto.

Quanto à questã dos horários penso ser bastante complexa, e que deve merecer um grande estudo, já que tem muito a ver com o tipo de cidade que queremos e o tipo de desenvolvimento que queremos.

Não há dúvida nenhuma que Aveiro tem uma situaço híbrida em matéria de horários. Temos estabelecimentos comerciais que estão abertos à tarde, outros estão abertos à noite, grandes superfícies como o Retail Park, temos os Pingo Doce que estão abertos também à tarde, o Fórum está aberto até à noite, o comércio tradicional normalmente fecha sábado à tarde e domingo, e tudo isto deve merecer uma ampla reflexã, a começar pelo próprio comércio. Esta questã já é antiga... lembro-me de ter participado em discussões em Assembleias anteriores onde já havia essa preocupaçã, nomeadamente quando abriu o Glicínias. Recordo perfeitamente as grandes discussões, ao nível da Assembleia Municipal, sobre as vantagens e desvantagens. Já na altura, o comércio tradicional se queixava que poderia desaparecer com o aparecimento das grandes superfícies comerciais. O que eu acho é que todos têm espaço, todos têm que se acomodar e encontrarem as vias adequadas ao seu próprio desenvolvimento e para o sucesso do seu próprio comércio.

Isto é o que eu acho e não estou, à partida, a favor ou contra. Acho sim que deve haver uma ampla reflexã sobre esta matéria, com a Câmara incluída e também a Assembleia Municipal.

Quanto às SCUT é de facto uma das maiores injustiças aquilo que se passa, ou que venha a passar, em Aveiro. Não posso deixar de juntar a minha voz ao protesto que aqui já foi feito — porque isto é de bradar aos céus.

Eu sou a favor do pagamento nas SCUT e não tem nada a ver com o que o Bloco de Esquerda disse. Não tem nada a ver com isso. Nós podemos ser a favor de um princípio, mas não podemos permitir que taxem percursos urbanos.

Também vamos taxar o eixo norte-sul? Vamos taxar a via de cintura interna? Vamos taxar a circunvalação, no Porto? Não pode ser! Isto é um atentado e é uma ofensa aos aveirenses. Que isto fique bem claro... Por isso estou perfeitamente de acordo com a proposta do PSD.

Uma última questão, para não me alongar. De facto hoje foram anunciadas medidas que deixaram perplexos os portugueses com a extensão e a gravidade do que está em causa, e que afecta todos os portugueses. De facto, é possível chegar à conclusão de que não é apenas a crise internacional... isto tem rosto. E é bom que se diga. Mas ficará para outra altura, já que este não é o melhor fórum para discutir essa matéria.

Há, no entanto, uma questão que é muito importante e que a mim me preocupa como aveirense, para além das questões de afectação pessoal daquelas medidas. É preciso apurar, em toda a extensão, as consequências para Aveiro de tudo aquilo que foi dito, nomeadamente, da suspensão dos investimentos.

Nós temos uma carteira de investimentos. Nós temos projectos. Queremos avançar com eles. Mas o que hoje me pareceu ouvir foi que todos os projectos que tinham solicitado autorização até à data de hoje, poderiam avançar até ao final do ano. Aqueles que ainda não tinham dado entrada ficarão suspensos, não se sabendo quando poderão ser efectuados. Isto irá ter um impacto muito significativo.

Para além disso há a questão das transferências para as autarquias locais, sendo importante que se saiba, verdadeiramente, qual é a comparticipação do Município de Aveiro em todo este esforço. Deste modo, temos que repensar, dentro dos nossos projectos e dos nossos objectivos, para poder acomodar esta hecatombe que hoje se abateu sobre os portugueses.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“Hoje e após o período de férias, para quem as teve e para quem as pode gozar, aqui estamos nós na nossa Assembleia Municipal para falar no período antes da ordem do dia sobre assuntos nacionais de relevância concelhia. Poderia falar sobre justiça, tribunais e recordar o caso Freeport e o desempenho dos Srs Magistrados, o seu acórdão final com as perguntas que não puderam ou que foram impedidos de fazer ao nosso Primeiro-Ministro. Falar sobre a postura da magnânime Cândida Almeida que todos absolveu e a todos protege mesmo ameaçando pedir demissão. Podíamos referir a postura do Sr. Procurador-geral da República que enfim fez cada papelinho que a todos nos deixa envergonhado. Na Justiça podíamos também falar do caso Casa Pia, onde no fim todos ficámos com a sensação que a justiça no nosso País já lá vai e que as pessoas, os cidadãos já não acreditam nesta gente e nesta justiça, mau muito mau.

Na Saúde, que se pode dizer, os Hospitais estão com o desempenho que estão, o défice neste sector está descontrolado como refere o presidente da associação dos administradores hospitalares, os medicamentos desceram de preço mas, imagine-se, ficaram mais caros, custam mais dinheiro nas farmácias (desceu o valor do medicamento, mas desceram as comparticipações). Os idosos com poucos recursos agora mesmo não tendo condições financeiras passam a pagar os medicamentos!

No Desporto temos um Secretário de Estado que, qual juiz, advogado ou outro qualquer, influencia descaradamente com ingerência clara e abusiva em assuntos que nada lhe diriam respeito naquela fase dos processos.

Na Educação, mais uma vez grande paixão deste governo socialista e desta Ministra — Ministra que nos brindou com a possibilidade do fim dos chumbos por decreto, tentando criar o estado dos doutores, dos engenheiros e outros encartados, mesmo que essas estatísticas fossem feitas à custa da ignorância e da mediocridade. Pasmem-se, em Aveiro,

na nossa Universidade, temos um aluno que se candidatou com nota de 20!? Repito 20 valores, mas que numa entrevista pediu desculpa pelo sucedido, porque veio das “Novas Oportunidades” e teve essa nota a uma e uma só disciplina, e que enfim, em relação ao 12º ano tinha chumbado a matemática e a português, e que tem apenas duas disciplinas do 10º ano por fazer, mas em mais um ano pós laboraL fez o 12º e concorreu a UA com nota de 20. Enfim, abençoada Ministra. Mas sobre Educação e sobre esta paixão socialista falarei noutra ponto desta nossa reunião.

Sobre as portagens e para esclarecer alguns, o PSD é a favor da implementação das portagens em todo o País e ao mesmo tempo, em todas as SCUT e auto estradas e todos a pagarem. Os traçados curtos, urbanos e concelhios são outra coisa. Existem sem portagem na periferia de Lisboa e do Porto. As isenções são da responsabilidade do Governo assim como a colocação de pórticos mais aqui ou ali.

O governo socialista escolheu o sítio dos pórticos. Até disse inicialmente que não era para portagens. Depois definiu as isenções, definiu as datas e legislou, não foi o PSD que definiu o sítio dos pórticos, as isenções ou as datas. Essa responsabilidade é só do governo socialista que ainda hoje nos aumentou os impostos e desceu os ordenados.

Podíamos falar sobre outros assuntos mas é assim a este estado de País e de Nação que os sucessivos governos socialistas nos deixam — pois não esquecer que os socialistas nos últimos dezasseis anos estão no governo à treze, muito tempo e segundo parece muita asneira.

Se são capazes de fazer melhor que o façam. Se não são e eu penso que não, então está a chegar a hora dos portugueses escolherem outros protagonistas e outras políticas para Portugal e para os Portugueses.

Neste período quero ainda referir-me a mais um assunto sobre SCUTs em Aveiro. Nesta bancada, no PSD, fomos e somos a favor do principio do utilizador pagador (quanto a isso que não restem dúvidas), mas e em relação a Aveiro, este Governo e este Secretário de Estado que tutela a pasta à seis anos temos o azar dele não gostar de Aveiro, da sua ria, dos ovos-moles e de tudo o que Aveiro tem e representa; senão tratava-nos como trata outras cidades e regiões!?

Aveiro foi claramente prejudicado no assunto das portagens. Nomeadamente nos seus troços curtos, de cariz urbano e dentro do próprio município. Se não vejamos em que outra cidade ou região existe uma portagem como a de Esgueira ao Estádio? Cerca de um km custa sessenta cêntimos, sendo claramente este um trajecto urbano, curto e dentro do concelho.

Sobre a aplicação das portagens e à sua aplicabilidade no nosso concelho a bancada do Partido Social Democrata nesta Assembleia fez chegar à Mesa um requerimento para colocar á discussão e votação um voto de protesto.

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [034](#)

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, Excelentíssima Câmara, caro Manuel Prior, de facto, em Aveiro tudo estará bem já que não se referiu por quase uma única vez aos problemas graves que assolam o município aveirense. E é pena, porque eles são muitos.

E eu esperava ver algum exercício de auto-crítica por parte do partido que representa.

É pena que a maioria esteja amorfa... e não deveria estar. Deveria ter espírito crítico e contribuir para a resolução dos problemas, ajudando este Executivo, amputado de dois dos seus vereadores, a levar os seus objectivos adiante. Mas queria referir-me a dois pontos.

O primeiro ponto é o seguinte: constatei, com surpresa, que as questões relacionadas com a MoveAveiro, nomeadamente com a sua concessão, não constam da Comunicação do Presidente! O PS tem fortes preocupações em relação a esta matéria e como certamente

tiveram conhecimento, porque foi do domínio público, o Partido Socialista visitou a empresa MoveAveiro e pôde constatar, in loco, os problemas com os quais a empresa se defronta. E era justo que esta Assembleia pudesse conhecer com profundidade, por iniciativa da Câmara e por informação do seu Presidente, quais os problemas e as suas soluções.

Não basta apenas dizer que se vai esquartejar a empresa e vendê-la aos bocados como solução milagrosa para resolver um problema calamitoso que assola não só o serviço público da MoveAveiro, provocando fortes constrangimentos aos cidadãos aveirenses e utentes, como também cria problemas no domínio da gestão do grupo municipal.

E nós também gostaríamos de perceber o conjunto e contexto em que se insere esta concessão e procurar mais explicações pela voz do Senhor Presidente da Câmara.

Aliás, também constatámos uma coisa curiosa que tem a ver com a alteração dos Estatutos da própria empresa que, tanto quanto pudemos apurar, estão a criar alguns problemas na própria gestão da empresa MoveAveiro. Era bom que esta Assembleia se pudesse debruçar sobre isto após as informações em relação a esta matéria que se esperam precisas e rigorosas por parte do Executivo.

Uma outra questão que gostaria de trazer à apelação neste ponto, tem a ver com as questões do ordenamento do território. Por iniciativa do Partido Socialista, no âmbito da Câmara Municipal de Aveiro, a Câmara anuiu em produzir o relatório do estado do ordenamento do território no município. E esta é uma imposição legal que há alguns anos não vinha sendo cumprida. Devo dizer, porque é verdade, que a maioria dos municípios portugueses não cumpre esta prerrogativa legal.

De todo o modo nós somos do entendimento de que Aveiro deve estar na linha da frente das preocupações que têm a ver com o ordenamento do território e com o planeamento. E num momento tão crítico em relação a esta matéria, com a revisão do PDM, com as propostas de alteração para o Plano de Urbanização da POLIS, com a recentíssima aprovação do PUCA, com um grande projecto que é o Parque da Sustentabilidade, com inúmeras intervenções que todos perspectivamos que devam ser feitas, de facto, é muito importante que a Câmara possa dar a conhecer a esta Assembleia e aos aveirenses qual o estado da arte e para onde se quer ir. E, portanto, louvamos a Câmara por ter aceite a proposta do PS na própria reunião de Câmara.

Mas em relação ao Plano de Urbanização da Polis, tecer apenas duas ou três brevíssimas considerações.

Primeiro. Espero, hoje ou durante estas sessões da Assembleia Municipal, que a Câmara possa dizer qual o modelo de participação pública neste processo de planeamento. O PS começou a fazer a sua parte promovendo uma reunião pública aberta aos cidadãos para que se pudesse discutir o Plano de Urbanização da POLIS, e quais as possibilidades de alterações que se poderiam concretizar.

Como é que este plano se vai articular com os outros instrumentos de gestão territorial já existentes e o PDM em revisão? É importante que a Câmara seja rigorosa na apreciação desta matéria.

Qual a relação desta alteração ou possíveis alterações, com o Parque da Sustentabilidade? É importante que a Câmara diga, com rigor e com precisão, o que é que pretende fazer para 'coser' estas duas intervenções.

Por último, entre outras, porque as questões nesta matéria são extensas, mas uma que é muito importante tem a ver com as questões da mobilidade. O Plano de Urbanização da POLIS, especialmente na área que se quer alterar é muito importante para a entrada da cidade. Por isso é importante que a Câmara esclareça quais são as suas verdadeiras intenções no plano da mobilidade para esta área.

Bem sabemos que a Câmara adjudicou, fez um outsourcing, para se elaborar o Plano Municipal de Mobilidade. Ainda bem. Pena é que tenham sido precisos cinco anos para

fazer isso depois do trabalho feito pelos próprios funcionários da Câmara Municipal de Aveiro, que foi muito importante para se apreciar o contexto da mobilidade, nomeadamente no que se refere ao estacionamento no centro da cidade.

Espero Senhor Presidente que estas respostas possam ser dadas com grande grau de certeza durante os trabalhos da Assembleia Municipal. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [035](#)

“Serei breve, Senhor Presidente. Apenas uma questão que não consta da Comunicação Escrita do Senhor Presidente. E como é seu costume remeter as suas respostas para o debate sobre a Comunicação, não vou falar das SCUT, se bem que muito haverá por dizer em relação à posição da Câmara, mas sobre isso falaremos mais tarde ao tempo da Comunicação.

É um assunto que é grave, pelo menos enquanto não for explicado, que eu reputo de muito grave. A não ser que haja uma explicação muito boa para o efeito — e acredito que haja. E diz respeito à falta de jeito que este Executivo camarário e o Senhor Presidente têm para a construção das escolas.

Os concursos que foram abertos (e depois retirados) previam a construção de todas as fases dos projectos de novos centros escolares para Cacia, Parque Desportivo de Aveiro, Santa Joana, São Bernardo, Oliveirinha e Nariz e outro de requalificação e ampliação das escolas de Eixo, Solposto, São Jacinto, Requeixo e Barrocas.

Todos eles tinham uma descrição pormenorizada do que pretendiam, entre outras coisas, a memória descritiva, os elementos gráficos, as plantas, os alçados, o custo, os dimensionamentos, etc. Não sou propriamente um especialista na área, mas consigo perceber como qualquer cidadão o consegue que demora o seu tempo. Estes concursos foram abertos e foi dado um prazo de nove dias... nove dias!?

E ainda tinha mais uma pequena nuance: os concorrentes tinham que concorrer a ambos os concursos para fazer todas as escolas, porque de outra forma seria motivo de exclusão. Portanto, tinham que apresentar projecto, no primeiro caso, para as seis novas construções, e no segundo para as cinco requalificações.

E, deste modo, pergunto: porque é que este concurso foi anulado, sendo que seria perfeitamente fácil o recurso a uma correcção em Diário da República, caso a referência ao prazo dos nove dias tivesse sido um simples lapso? Mas não foi isso que sucedeu. Isso foi apresentado em reunião de Câmara à última da hora.

Não vou imputar responsabilidades sem ouvir explicações, se não teria de achar este processo muito estranho logo à partida, porque não quero acreditar que o actual executivo não perceba que nove dias não chegam. Eu quero acreditar que percebem isso.

É por isso que aguardo as explicações que tenho a certeza absoluta serão convincentes e esclarecedoras para todos nós.”

Vogal Celina França (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [036](#)

“Sr. Presidente da Assembleia, Srs. deputados. Pode acreditar, Sr. Presidente da Câmara, que é com muita mágoa, mas sem surpresa, que venho, a esta Assembleia falar sobre a centenária Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Como todos os aveirenses sabem, a região e o país em geral, falar da Avenida Dr. Lourenço Peixinho é falar de Aveiro. Porque a Avenida deveria ser o “ex-libris” de Aveiro e o seu cartão-de-visita.

A discussão mais recente, e da qual o Executivo camarário tarda em se desenvencilhar, é sobre a questão das árvores.

Ou porque o estudo que apresentou não tem soluções de substituição ou porque rejeita a proposta da metodologia apresentada pelo Vereador Socialista, ou pura e simplesmente por total inoperância e incapacidade do Executivo que V. Exa. preside.

Mas a questão de fundo e a principal, é a que se prende com o dito Plano de Requalificação da Avenida, sobre a qual há um ano e em plena campanha eleitoral, foi feito um seminário pela coligação partidária no poder — sem que até à data nada mais fosse feito!

E, portanto, a questão que se coloca Sr. Presidente e Srs. deputados, é a de saber o que é que o Executivo tem para fazer. Eu gostaria de citar expressões recentemente utilizadas num órgão de comunicação local por um representante de uma instituição desta cidade. Passo a citar: «a Avenida é uma zona povoada por comércio, com gente nova que devem aceitar trabalhar com a autarquia para tornar a cidade mais convidativa aos peões». E diz mais: «A Avenida, seria ser um local interessante para implementar esta dinâmica até porque não tem sido feito nada lá.» Mais ainda: «a Avenida está a definhar.» E finalmente cita esse ilustre cidadão: «Assim não pode continuar.» Quem disse isto, Sr. Presidente? Terá sido a oposição? Também o dizemos. Mas quem fez estas afirmações foi o Sr. Presidente da Associação Comercial de Aveiro.

Nós concordamos com elas. E Aveiro concorda com ele, certamente. Isto é: esta situação de facto não pode continuar. E este Executivo é o responsável pela apatia, pelo marasmo e total decadência, não só da Avenida, mas também de toda a sua zona envolvente.

É importante frisar isto, Sr. Presidente. É que de facto, toda a zona envolvente da Avenida está fortemente prejudicada pela inacção do Executivo a que V. Exa. preside.

Sr. Presidente, seria importante que não matassem a Avenida. Que não matassem o “ex-libris” de Aveiro, nem o potencial desenvolvimento económico que pode ser para a nossa cidade. Disse.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [037](#)

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Algumas notas ainda sobre a AdRA, para dizer que enquanto ia aumentando as tarifas sociais, nomeadamente em Aveiro (isso foi público e notório porque apareceram notícias nos jornais) investia fortemente em produtos e em equipamentos profundamente necessários à sua actividade de distribuição de águas, nomeadamente: trinta automóveis de luxo (a juntar aos trezentos que a administração já possuía). Facto que levou que o Governo dissesse imediatamente que o Senhor Pedro Serra não seria reconduzido no fim do mandato. Entre nós, por notícias que vi no jornal, perspectiva-se o regresso dum célebre gestor muito galardoado na nossa região e que é o responsável ou o principal responsável, por esse crime económico e ambiental que foi a construção do ramal ferroviário nas marinhas em viaduto e não ao nível do solo. Perspectiva-se a sua vinda! Precisamente, para gerir a AdRA. Lamento... porque julguei que tinha encontrado o seu sítio certo que era o seu merecido exílio em Moçambique — merecido pelo mal que fez a Aveiro. Mas, infelizmente, parece que o veremos regressar cheio de força e cheio de vontade de fazer aquilo que já nos habituou no passado.

Considero também, Senhor Presidente, que não acho muito correcta a apresentação destas moções em cima da hora e distribuídas dois minutos antes de chegarmos aqui.

Acho que temos de pensar numa maneira de corrigir isso. Tanto mais que as moções como as de hoje, a pretexto de algumas coisas válidas, envolvem depois uns considerandos que fazem com que, concordando com o essencial, as pessoas acabem por não votar favoravelmente. Porque de facto, misturam-se muitas coisas e procura-se fazer politiquice com coisas muito sérias. Por exemplo com o caso da xenofobia para determinadas classes sociais e que aconteceu em França, como todos conhecemos.

Eu sou apologista do respeito pelas minorias. Mas as minorias, por serem minorias, não devem ter mais direitos do que as maiorias. E, para mim, e nisso discordo de muita gente desta Assembleia – mas é o meu pensamento pessoal, mesmo não sendo muito agradável. Um cidadão estrangeiro que vem cometer crimes noutra país que não o seu país de origem terá de ser responsabilizado — por uma questão de justiça e respeito para com os habitantes desse país, que lhe pagam, como nós pagamos a muitos, subsídios, integrações, reintegrações. Quando como eu vejo acontecerem manifestações contra a obrigação de colocarem os filhos na escola para terem direito do subsídio de reinserção social, porque entendem que só a eles lhes é exigido por serem minoria, de facto, é preciso ter atenção e saber distinguir muito bem onde é que há xenofobia e onde é que está a legítima defesa do país e dos cidadãos desse país em prevenir determinado tipo de criminalidade que efectivamente acontece. Não podemos fechar os olhos só porque são crimes cometidos por minorias; não podemos deixar passar em claro.

Uma última nota, mesmo sabendo que já estou a ultrapassar o tempo, para constatar, com tristeza, que não estão presentes dois dos vereadores do executivo. E muito bem... porque como se diz na nossa terra ‘quem não se sente não é filho de boa gente’.

Foi com tristeza que vi o afastamento da Dra. Ana Vitória do pelouro financeiro, tanto mais que neste Executivo era a única que tinha alguma formação na área económica e financeira.

Lamento também o que aconteceu ao esforçado Vereador Miguel Fernandes que, a partir do momento em que se meteu em determinadas coisas, ficou logo condenado e, certamente, não terminará o mandato sem que lhe seja atribuído o pelouro das valetas e dos cemitérios que é aquele para o qual está fadado.

É óbvio que é muito difícil aguentar determinadas pessoas e posições ‘sem dobrar a servis’. A Dra. Ana Vitória compreendeu finalmente que há credores na Câmara de Aveiro e que há credores que são mais credores que os outros. E como quis agir de uma forma ética e imparcial, nomeadamente quanto aos pagamentos, obviamente isso saiu-lhe caro. Obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³⁸

Vogal António Salavessa (PCP)⁰³⁹

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁴⁰

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁴²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴³

Vogal João Pedro Dias (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Vogal Carlos Barros (CDS/PP)⁰⁴⁵

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Boa noite Senhor Presidente, senhores deputados, Excelentíssima Câmara, duas notas prévias antes do tema principal da minha intervenção sobre a questão dos hipermercados. Normalmente, nesta Assembleia, e não é a primeira ou a segunda vez, que nós invertemos o sentido da nossa discussão. Porque aquilo que se passa é que foi aprovado em Conselho de Ministros, no dia vinte e dois de Julho, a possibilidade, com a alteração da lei, dos horários dos hipermercados serem alterados. E foi dada às câmaras municipais essa possibilidade de as Câmaras proporem a alteração dos horários. E aquilo que nós deveríamos estar hoje a discutir era, depois de um estudo apurado de análise e contactos com diversas instituições do Concelho, a Câmara propor uma solução.

Ainda hoje vi nas notícias que a Câmara Municipal de Viseu está a aguardar que a Câmara de Aveiro tome uma posição para tomar uma posição igual. O que demonstra que há muita gente interessada nesta situação, mas o que é também um facto é, que já se

passaram sessenta e tal dias sem que a Câmara Municipal tenha tomado qualquer posição.

O que nós precisamos de saber e de perceber é se a economia local e regional tem vantagens e desvantagens com essa alteração e a Câmara Municipal propor os novos horários. É isso que nós pretendemos ouvir para em função dessas informações podermos tomar uma posição. Se não as tivermos, obviamente, que não poderemos tomar qualquer posição, sob pena de sermos totalmente irresponsáveis.

Sobre a questão da expulsão dos ciganos, isto é uma réplica do que já se passou na Assembleia da República. Também lá houve diversas interpretações sobre aquilo que as moções apresentavam.

Neste caso, acho natural que haja não uma posição do partido ou do grupo parlamentar, mas uma posição pessoal de cada um dos deputados em função da sua consciência e da interpretação que faz das moções que foram apresentadas.

A minha intervenção, de facto, tem a ver com aquilo que aconteceu nos últimos três ou quatro meses no concelho de Aveiro, alguns surpreendentes, mas com uma tônica negativa. Tônica negativa que está relacionada com aquilo que esta Câmara nos habituou. Por um lado com incompetência e por outro lado com a inexistência de uma equipa e de uma estratégia.

Refiro-me à questão da alteração dos pelouros. Até hoje, assunto tabu para o Senhor Presidente, aliás como a maior parte dos assuntos, escusando-se a comentar à priori e a posterior — e este não foi diferente.

Basta olhar hoje para a bancada do Executivo – e sem estes fait-divers de achar que a responsabilidade dos vereadores do PS é a mesma da dos vereadores que têm responsabilidades com funções a tempo inteiro nesta Câmara Municipal. Constatar que esta é a primeira vez na Assembleia que os senhores dois vereadores deste executivo não estão presentes — porque até aqui estiveram sempre!

E, portanto, meus caros amigos, meus caros deputados, não há coincidências sobre isto. Obviamente que isto é um sinal político e sobre isto nós retiramos uma leitura política. Sendo evidente que neste momento não existe um Executivo, mas sim vários Executivos. Nós até aqui o que tínhamos era um executivo camarário com os vereadores do PSD e os vereadores do CDS e, às tantas, o Presidente da Câmara. Neste momento temos mais uma sub-divisão que são os micro-vereadores e os super-vereadores.

Os micro-vereadores são aqueles que já não têm praticamente competências nenhuma. Começaram há muito pouco tempo este mandato, há cerca de nove ou dez meses, e neste momento os vereadores estão de facto amputados, ou quase, de qualquer tipo de competências.

E ao mesmo tempo, temos outros vereadores, naturalmente por aquilo que têm vindo a fazer e pelo reconhecimento público das suas competências em determinadas áreas que herdaram alguns pelouros e outros voltam a ter alguns pelouros.

E esta é uma alteração que acontece quando nós ainda não completámos um ano de mandato!

E a questão que coloco ao Senhor Presidente é no sentido de saber se isto é um sinal de uma má escolha que fez da sua equipa, ou se foi uma questão de imposição dos partidos que o obrigaram a ter na lista determinado tipo de pessoas que o Senhor Presidente não queria, e que até às eleições eram competentes, mas que passaram a ser incompetentes.

E a questão é também saber como é que os aveirenses, que ainda não tiveram nenhuma explicação, podem confiar num executivo que vai governar mais cerca de três anos e alguns meses completamente partido.

Neste momento, a falta de justificação de Vossa Excelência permite, quer a nós, quer a todos os aveirenses, especularmos sobre as razões que fundamentam as suas escolhas.

Até porque o Senhor Presidente nem aos seus colegas de vereação teve a delicadeza e a simpatia de justificar porque é que isto estava a acontecer. E sabemos isto porque os nossos vereadores nos informaram que não houve nenhuma explicação por parte de Vossa Excelência sobre as razões subjacentes a esta alteração. E, portanto, toda a especulação é absolutamente legítima.

E, naturalmente, dentro deste quadro que nos é apresentado, mais uma vez dizemos que não há coincidências.

O Senhor Vereador Miguel Fernandes (pena não estar presente) há algum tempo atrás assumiu uma posição nesta Assembleia Municipal e que é pouco usual e habitual no próprio executivo, conhecida como o caso do ‘prédio da avenida’.

Penso que terá sido o primeiro caso em que uma iniciativa da Câmara gozou de um consenso alargadíssimo nesta Assembleia. Foi algo elogiado por todas as bancadas e que está plasmado em acta para quem quiser confirmar.

E o que é que aconteceu a seguir Senhor Presidente? Logo a seguir, depois dos senhores deputados municipais, legitimamente eleitos pelos aveirenses, terem elogiado aquela tomada de posição do senhor Vereador, o Senhor Presidente na reunião de Câmara avocou para si aquele processo. Obviamente, transmitindo um sinal de que este vereador não tem competências para assumir esta situação. Pouco tempo mais tarde demite-o das funções que tem. Neste momento o Senhor Vereador Miguel Fernandes tem poucas funções dentro do executivo.

Sobre a Vereadora Ana Vitória, eram conhecidas e reconhecidas as suas divergências dentro do executivo por duas ordens de razão.

Uma porque de facto não concordava com a forma e com a estratégia do Saneamento Financeiro desta Câmara Municipal. Disse-o em muitos fóruns, pessoais e políticos, e até aos seus colegas vereadores.

Era conhecida a sua discordância com uma série de decisões e linhas estratégicas. Aliás, quando foi esta reunião de alteração de pelouros a Senhora Vereadora disse-o claramente, que havia um conjunto de situações com as quais divergia em relação a esta Câmara Municipal.

E, para além disso, havia um conjunto de outras decisões que a Senhora Vereadora Ana Vitória estava a tomar e que iam ao arrepio daquilo que era o habitual método da tomada de decisões deste Executivo. E aquilo que nos leva a crer neste momento é que, sempre que um Vereador tomar uma posição, nestes casos, em favor dos aveirenses mas ao ‘arrepio’ daquilo que é a vossa metodologia de gestão, tem que ser despedido ou silenciado.

E para além disso, Vossa Excelência deve a esta câmara, a esta Assembleia, e aos Aveirenses, uma explicação muito cabal sobre aquilo que aconteceu em relação à mudança dos pelouros. Muito Obrigado.”

Vogal Inês Mineiro (CDS/PP)⁰⁴⁷

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)⁰⁴⁸

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁴⁹

(Entretanto entrou na sala o Vogal David Paiva Martins)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁵⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵¹

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Temos muitos assuntos para tratar Antes do Período da Ordem do Dia, porque foram introduzidas as questões das moções — e eu gostaria de me referir também a elas.

A primeira moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, tem um conjunto de recomendações (três recomendações) e que, em relação à segunda e terceira eu não teria qualquer problema em subscrever.

E é pena que esta recomendação do Bloco de Esquerda não tenha tido somente estes dois pontos. É que o primeiro ponto, como aliás é hábito, estragou a moção toda.

Quando diz que «reafirmar Aveiro como um município que rejeita todas as formas de discriminação e zela pelo princípio da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, religiosa e cultural» — estou cem por cento de acordo. E penso que Aveiro tem-se mostrado como um município onde não há distinção entre os cidadãos e onde aceitamos toda a gente.

E acho que Aveiro tem dado essas provas. Até porque, de facto, recebemos muita gente, muitos estrangeiros, pessoas de diferentes etnias que convivem perfeitamente connosco completamente integrados.

Além disso, «assumir o compromisso de seguir uma política de inclusão no que diz respeito aos sectores mais desfavorecidos da sociedade, independentemente da sua etnia, religião ou nacionalidade» também resulta num compromisso que todo este município já tem. É um compromisso universal e quanto a isso estamos plenamente de acordo.

O grande problema vem quando nós aqui nesta Assembleia Municipal extravasamos as nossas competências e estamos a pensar na política internacional, na política francesa e no que têm sido as deliberações de Nicolas Sarkozy, sem uma fundamentação para tal!

À partida, todos nós cidadãos que vivemos e conhecemos a realidade de Aveiro, achamos que não faz sentido o que se passa em França. Mas daí a que eu possa subscrever uma moção a condenar o governo francês por aquilo que está a fazer, acho que é demasiado.

E acho que mais uma vez o Bloco de Esquerda peca por excesso. E para não perder mais tempo com este assunto quero também falar da segunda moção.

E a segunda moção tem a ver com um Decreto-Lei que segundo aquilo que eu consegui encontrar na internet, é um diploma que foi aprovado na generalidade!? Ou seja, ainda não se faz a ideia, nem o próprio governo faz ideia, daquilo que vai ser na prática este Decreto-Lei.

Eu acho que temos que pensar mais tarde sobre este assunto mais tarde se se concretizar aquilo que realmente diz. É que este decreto-lei tem um sentido de abranger todo o comércio em sentido lato, possibilitando que estejam abertos entre as seis e as vinte e quatro horas, todos os dias da semana!?

Depois disto, é a Câmara municipal que vai ter de ver e deliberar é se quer alterar o horário proposto pelo Governo. Mas não sabemos qual o horário que o governo vai propor.

Por isso vamos nós neste momento tomar uma posição que não sabemos ainda qual é a que o governo vai tomar? Acho muito extemporâneo tudo aquilo que possamos decidir em relação a este assunto.

Eu acho que um assunto destes não deveria ser passado para as Câmaras Municipais, principalmente sem haver uma política de integração de todo este assunto. É um assunto de economia, de economia que não se pode ver só... não é uma política de economia local do município de Aveiro. E por isso tem toda a razão o Presidente da Câmara de Viseu quando diz que tem de olhar para aquilo que os vizinhos vão fazer. E por isso é que eu acho que é um assunto só autárquico, é um assunto nacional ou quando muito um assunto regional. Mas como não temos regiões, tem de ser um assunto nacional. E por isso tem de ser resolvido pelo Governo da Nação.

Por isso acho que não deve passar para as autarquias uma deliberação ad-hoc sobre este assunto. Tanto mais que o governo diz assim: «mantendo-se a possibilidade das câmaras municipais, em casos devidamente justificados, alargarem ou restringirem os limites dos horários fixados».

Ou seja, nós temos primeiro de perceber quais são os critérios que vão informar esta Lei, que neste momento é um Decreto-Lei aprovado na generalidade, para depois, para depois de devidamente feito um estudo, que tem de ser feito pela Associação Comercial e por outros agentes económicos, e, depois de devidamente fundamentado nós podemos nesta Assembleia, dizer se concordamos ou não com os horários que o governo da nação vai dizer que são e que acham mais apropriados. Por isso acho que é extemporânea esta moção.

Mas eu gostaria de falar sobre o assunto que tinha realmente preparado para o período antes da ordem do dia e que me surgiu enquanto vinha para esta Assembleia.

E foi, quando vejo que este dia irá ficar célebre na história de Portugal. Porque foi o dia em que o governo da nação reconheceu a sua incompetência. Porque pela calada da noite, de forma envergonhada, o nosso ainda Primeiro-Ministro e o ainda Ministro das Finanças, vieram reconhecer perante o país (fiz-me lembrar o Egas Moniz que nós aprendemos na escola, nos livros da história de Portugal de há oitocentos e cinquenta anos) os seus erros de governação. Finalmente reconheceram que a governação que têm feito é uma governação que tem estado a colocar o país no fundo.

Porque segundo eles (e são palavras deles) “estas são medidas essenciais para defender a credibilidade internacional do país”. Ou seja, quem é que retirou a credibilidade internacional ao país? Eles...

Que credibilidade o país tem? Bem... a deles e a do seu partido não têm de certeza como já se viu.

A credibilidade internacional do país só será defendida quando eles abandonarem o governo, por incompetência, por mentirem quanto à situação económica do país que se foi degradando ao longo destes anos.

E o engraçado é que das medidas todas que apresentaram não se ouviram referências quanto ao combate à evasão fiscal, à debelação da prescrição de processos de dívidas fiscais. Não. Isso é um assunto que não interessa. Porque aquilo que vai haver é uma aplicação de uma redução global de cinco por cento nas remunerações, variando entre três e meio e dez por cento, dos salários daqueles que não podem fugir aos impostos porque legal e moralmente cumprem escrupulosamente.

Houve referência é à redução das transferências do Estado para o Ensino e para as Autarquias, que são sectores cada vez mais depauperados de recursos.

Referência, também, foi para o aumento da taxa do IVA em dois pontos percentuais!? Ou seja, penalizando todos por igual modo, sejam eles bens essenciais ou os mais supérfluos, mas que todos têm de comprar.

Com estas medidas e numa fase em que comemoramos os cem anos da implantação da República, apetece-me usar da ironia tão própria dessa época e gritar em ambiente revolucionário: “viva a república; viva o partido socialista e a sua ideologia levada à prática”. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) [052](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [053](#)

(Entretanto saiu da sala o Vogal Rafael Alexandre Lopes Nevado)

Vogal António Salavessa (PCP) [054](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [055](#) [056](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [057](#)

Presidente da Mesa [058](#)

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria Luz Nolasco⁰⁵⁹

Vereador Carlos Santos⁰⁶⁰

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite.

Vou tocar nalgumas questões que me parecem importantes e que têm sido muito faladas principalmente na comunicação social.

Vou falar sobre as árvores da Avenida; sobre o prédio da Avenida, sobre RIOT, sobre a MoveAveiro e sobre os Serviços Municipalizados.

Sobre os “micro” e os “macro” aproveitava para dizer que o Executivo tem nove elementos — sendo seis da maioria. À maioria faltam hoje dois vereadores, tendo sido já referido que o Dr. Miguel Fernandes foi operado e encontra-se em período de recuperação e a Vereadora que falta encontra-se de férias, estando ausente de Aveiro.

Podem criar os casos que quiserem, mas a realidade é esta. Do PS são três vereadores e faltam dois!? Mas depois há os “micro” e há os “macro”...

Em relação a duas intervenções que foram proferidas em relação às árvores da Avenida, a do Presidente da Junta da Vera Cruz e da Dr.^a Celina França, importa dizer que o Senhor Presidente da Junta da Vera Cruz não se referiu propriamente à intervenção, tendo-se referido a um movimento cívico — e questionou quem é o verdadeiro interlocutor da Câmara, se é o movimento cívico ou quem é.

Eu creio que o grande interlocutor da Câmara para este processo (e o Senhor Presidente da Junta sabe disso) é a Junta de Freguesia da Vera Cruz (que conhece todo o processo e todos os procedimentos futuros) e a Associação Comercial de Aveiro que também conhece o processo.

Para a Câmara o movimento cívico existe, mas não foi eleito. Sendo que a Junta de Freguesia da Vera Cruz e a Associação Comercial de Aveiro foram sufragados e existem com verdadeira legitimidade. Que não haja qualquer dúvida em relação a isto! Os nossos interlocutores, nesta matéria, são a Junta de Freguesia e a Associação Comercial de Aveiro.

Em relação à hecatombe que vem aí por causa do abate dos vinte e seis choupos, eu gostaria de recordar que há anos foram abatidos muitos choupos para a construção do túnel da avenida e nada se falou. Foram abatidos muitos e nada ocorreu. Foi feita uma obra, mas não foi dada explicação nenhuma aos cidadãos.

Como é sabido, no dia quinze de Janeiro caiu uma árvore na Avenida. Felizmente esse episódio não teve consequências graves, mas podia ter trazido. Depois disso houve uma avaliação pelos técnicos da Câmara e pelo Departamento da Universidade de Aveiro especializado nesta matéria, que acompanhou toda a situação, e ambos informaram que outras árvores estariam em situação semelhante. Concluiu-se então pela necessidade de se contactar empresas da especialidade, procedimento que terminou com a elaboração de um estudo rigoroso a cada árvore. O relatório que foi apresentado e que tornámos público através do site da Câmara, podendo ser consultado por quem quer que seja, propõe numa primeira fase o abate de vinte e seis choupos — mas também propõe a plantação de cinquenta e cinco castanheiros da Índia. Vamos abater vinte e seis choupos, mas vamos plantar cinquenta e cinco castanheiros da Índia.

Esta espécie foi indicada pela Universidade de Aveiro porque perfeitamente adaptada aos meios urbanos e perfeitamente enquadrada e que já se encontra plantada no topo norte da Avenida. O tipo de árvore que vai ser aplicado é o tipo de árvore que já está plantado na parte norte da avenida.

Pode-se questionar o custo de cada árvore, já que estas árvores são mais caras porque vêm num estado mais adulto para poderem ser plantadas.

Convém insistirmos neste aspecto: abate de vinte e seis choupos e a plantação de cinquenta e cinco castanheiros da Índia.

A Câmara tem as preocupações ambientais que qualquer cidadão tem. A nós também nos custa abater os choupos, mas a Câmara tem outras responsabilidades. E a outra responsabilidade que tem é a de zelar pela segurança das pessoas que todos os dias circulam na Avenida.

Se a Câmara nada fizer pode ocorrer algum desastre. Temos de estar atentos e ter cuidado com esta situação.

Que fique claro que o abate dos choupos e a plantação das novas árvores não interfere com a requalificação da Avenida e está feita em conjugação com a requalificação que houver na Avenida. Em relação aos choupos a questão está mais ou menos tratada.

Relativamente aos concursos que foram abertos para o preenchimento de trinta e dois postos de trabalho a que correspondem dezanove referências, o ponto da situação é o seguinte: o deputado Francisco Picado colocou esta questão dos dezanove procedimentos já se realizaram cinco provas de conhecimentos, as quais correspondem ao primeiro método de selecção. As provas foram para as referências A, C, E, H e S. Após as correcções destas provas, cujo processo já se iniciou, proceder-se-á à realização das entrevistas aos candidatos aprovados na primeira fase. Importa salientar que o CEFA, entidade que fez as provas, não autorizou o envio do modelo de correcção das mesmas, facto que vai trazer acréscimo significativo de trabalho aos membros dos júris e consequente morosidade na conclusão destes processos.

As referências N e O estão na fase de marcação de provas de conhecimentos, as quais serão agendadas para a terceira semana de Outubro.

As restantes referências encontram-se na fase de audiência dos interessados, na sequência de exclusão ao procedimento, procedendo-se a realização das provas de conhecimentos para a segunda semana de Novembro. Convém não esquecer que se está a tratar de dezanove concursos, de dezanove referências.

Meus senhores, sobre o prédio da Avenida têm-se contado tantas histórias — e aqui vai mais uma história.

E a história que eu tenho para contar é uma história muito simples. O IGESPAR chumbou no dia vinte e dois do quatro de dois mil e dez, um projecto para a Avenida com base no seguinte: «a volumetria proposta constituída em seis pisos (cinco e um recuado), rompe com a dominante na envolvente e frente urbana em que se insere, causando desequilíbrio na leitura do conjunto». E a bold diz o seguinte: «consideramos que a proposta não reúne as condições exigidas para a sua aprovação, devendo este projecto ser reformulado tendo em conta a redução da volumetria e o facto da leitura da construção proposta dever ser sempre aferida pela sua relação com a envolvente próxima e impacto sobre o património». O IGESPAR emitiu este parecer que é público e que pode ser divulgado sem qualquer problema.

O investidor seguindo o conselho do IGESPAR, apresentou nova proposta que teve o seguinte parecer: «aprovo nos termos propostos» (onze do oito de dois mil e dez). Este aditamento que considera a redução da volumetria em um piso, ao mesmo tempo que reformula os revestimentos exteriores, que são agora propostos em revestimento pétreo, e a cobertura proposta em terraço, pode considerar-se que constitui uma proposta mais equilibrada para o local, sendo por isso ser passível de aceitação.

Em face do exposto, propõe-se que seja emitido um parecer favorável condicionado ao cumprimento do enunciado da presente informação.

Os senhores podem contar mil e uma histórias acerca disto, mas o que valem são estes pareceres. Este processo está a acabar de ser informado e vai a reunião de Câmara para ser deliberado.

Acho ridículo que um partido tenha dito que “nunca mais há legalidade democrática em Aveiro por ter sido retirado um pelouro a um Vereador por causa do prédio da Avenida. Para os senhores as “Obras Particulares” são o prédio da Avenida. As “Obras Particulares” movimentam centenas de processos, mas o prédio da Avenida é que é a história.

O Dr. sabe que todos os pelouros são do Senhor Presidente... o Senhor sabe disso. Todos os senhores sabem disso. E os senhores sabem que eu pessoalmente nunca pedi pelouros e creio que os outros senhores vereadores também não os pedem. Gostava por isso de vos dar estas explicações.

Dr. Marques Pereira, a questão do REOT. Como sabe o Governo elabora de dois em dois anos um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território e que submete à apreciação da Assembleia da República.

A Comissão de Coordenação Regional elabora de dois em dois anos um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, a submeter à apreciação do Conselho da Região.

A Câmara Municipal elabora de dois em dois anos um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Como facilmente se depreende, da data do diploma legal, está prevista a elaboração do REOT desde mil novecentos e noventa e nove.

O Partido Socialista esteve à frente do executivo municipal de mil novecentos e noventa e sete até dois mil e cinco — neste período nunca foi elaborado ou apresentado o relatório sobre o estado do ordenamento do território neste órgão. Nunca foi apresentado! Mas os senhores querem-no agora — com todo o direito e vão tê-lo com toda a certeza.

De salientar esta situação que se verifica porque nunca foram dadas às Câmaras orientações para a elaboração destes relatórios ou mesmo as datas em que deveriam ser elaborados para poder haver sincronia com os relatórios a elaborar pelo Governo e pelas CCDR's. O que nos parece fundamental face à hierarquia traduzida no diploma legal: Governo, CCDR, Câmaras Municipais.

Fizemos uma pesquisa sobre a elaboração dos REOT e verificámos que a nível nacional foi elaborado um pela DGOTL em mil novecentos e noventa e nove. A nível regional, a região dos Açores elaborou um REOT em dois mil e três. A nível municipal foram produzidos dois REOT pelas Câmaras Municipais de Setúbal em dois mil e quatro, e da Amadora em dois mil e sete. Portanto sobre REOT penso que estamos perfeitamente identificados.

Sobre o programa POLIS. Sabem que o plano de urbanização do programa POLIS de Aveiro é da Câmara Municipal, mas não foi elaborado pela Câmara Municipal. E sabem que apresenta debilidades que têm de ser ultrapassadas através de procedimentos de alteração, conforme estabelece a legislação em vigor.

As debilidades a que nos referimos são graves porque se trata de cartografia desajustada e desactualizada, falta de cadastro, várias propostas desadequadas, entre outras.

A Câmara Municipal está a cumprir escrupulosamente a legislação em vigor, pelo que não vemos, nesta fase, qualquer vantagem na marcação de uma sessão pública para apresentação dos fundamentos da referida alteração. Até porque a Câmara elaborou um documento bem fundamentado sobre a intenção de alteração, disponível através da internet e nas instalações da Câmara. Todos podem participar apresentando sugestões, as quais serão acolhidas e analisadas.

Assim, não vale a pena estar agora a falar sobre o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, não adianta estar a falar do Plano de Pormenor do Centro.

O deputado Francisco Picado referiu-se aos Serviços Municipalizados de Aveiro. Como é sabido os Serviços Municipalizados tinham cento e oitenta trabalhadores, sendo que a

larga maioria aderiu à AdRA. Neste momento os Serviços Municipalizados têm trinta e cinco trabalhadores. Destes trinta e cinco trabalhadores grande parte deles está à beira da reforma. E tudo leva a crer que de um momento para outro, nos tempos mais próximos, beneficiem da reforma mais alguns trabalhadores. Em trinta e cinco funcionários, três deles estão de baixa médica, sendo evidente que a taxa de absentismo tem que ser grande.

Perguntou ainda o que é que eles estão a fazer? Como é sabido e todos se recordam, os Serviços Municipalizados, na altura quando eles aderiram não tinham boas instalações no sítio onde ficaram. Tivemos que recuperar as velhas instalações dos Serviços Municipalizados, e neste momento já dispõem de boas condições.

Têm estado ocupados numa série de tarefas. Numa primeira fase estiveram a trabalhar no Estádio, já que tivemos no Estádio um problema grave com as pombas que resultou num problema de limpeza de instalações. Foi um problema complicado que inutilizou uma grande área e que estava a afectar a utilização do Estádio. Estiveram a trabalhar na EN109, respondendo a uma solicitação da Junta de Freguesia de Cacia. Estão agora a trabalhar nas acessibilidades e nas ligações da Estrada Nacional, respondendo a uma solicitação da Junta de Freguesia de Aradas.

Logo que estes problemas estejam resolvidos é nossa intenção destacar alguns desses trabalhadores para apoiar as Juntas de Freguesia, fazendo-se uma escala com as juntas e mandar trabalhadores para limpeza de valetas, e para outras solicitações que possam ser cedidos às Juntas de Freguesia. No entanto, sem afectar as delegações de competências das Juntas de Freguesia.

Porque é que não consta da Comunicação do Presidente nada sobre a MoveBus? Não consta nada porque ainda nada se passou em relação à MoveBus. E, portanto, na Comunicação do Senhor Presidente só se dá conta daquilo que ocorreu em determinado período.

Há um projecto para concessão da MoveBus. Como se sabe a MoveBus tem cento e oito trabalhadores, a MoveRia tem dezasseis, a MovePark tem vinte e cinco, e as BUGA tem um.

Nesta fase nós tencionamos proceder à concessão da MoveBus. E porque é que tencionamos proceder à concessão da MoveBus? Porque a MoveBus tem um prejuízo acumulado de cinco milhões de euros. Porque todos os meses temos que injectar na MoveBus cento e vinte mil euros. Porque não recebemos um ‘tostão’ do Estado. Estado esse que paga principescamente à Carris e aos Transportes Colectivos do Porto - é um tratamento desigual. E porque as Câmaras que fizeram concessões dos transportes rodoviários (e que por nós foram contactadas) dizem-nos que os transportes melhoraram e que nunca mais recorreram ou tiveram que injectar dinheiro nos transportes rodoviários. Portanto em relação à MoveBus que fique muito claro que se fôssemos uma Câmara rica estávamos quietos, estávamos bem... Se pudéssemos renovar a frota, se pudéssemos prestar um bom serviço fazia todo o sentido. Mas a Câmara de Aveiro não nada em dinheiro - e nós não aguentamos esta situação durante muito mais tempo e a concessão é, de facto, um mal menor. Não estamos a falar numa alienação, estamos a falar numa concessão.

Creio que falei em tudo o que tinha para falar. Muito obrigado”.

Vereador Pedro Ferreira⁰⁶¹

“Senhores deputados, apenas uma nota sobre um assunto que foi trazido aqui. É importante... foi alvo inclusivamente de duas propostas. Tem a ver com os hipermercados e os alargamentos de horários.

Em relação a este assunto gostava apenas de vos transmitir que a nossa posição tem sido de cautela e de não precipitação. Que é algo que aqui foi patente.

Como sabem e o professor Manuel António transmitiu correctamente aquilo que se passou, e que ainda falta passar em termos de legislação. Nós não nos devemos precipitar e devemos esperar o desenrolar das situações. Pelo facto do Governo ter de definir claramente os horários não quer dizer que nós não tenhamos vindo a fazer algum trabalho e tenhamos vindo a fazer algumas auscultações — e temos também trabalhado neste processo com a Associação Comercial.

Queriam-vos transmitir dois pontos de vista. Não nos parece que seja tão premente a necessidade do alargamento de horários porque até ao momento não tivemos nenhuma expressão de vontade de qualquer das grandes superfícies presentes no nosso concelho. Inclusivamente não sabemos se é vantajoso para eles esse alargamento de horário. Portanto temos que ter cautelas e não sermos precipitados.

Gostava apenas de vos transmitir uma pequena impressão e acho que todos temos que ter essa noção que nós não vivemos numa ilha. O facto de o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, que não é nenhum “tolinho” ter afirmado o que afirmou, demonstra isso mesmo.

Ao longo de vários anos foram-se construindo alguns hipermercados, tendo Aveiro sido dos primeiros concelhos a ter hipermercados da mesma dimensão. E nós verificámos que à medida que foram abrindo, quer em Viseu, quer em Coimbra, se foram afastando alguns dos habituais compradores que vinham a Aveiro. E, portanto, nós temos que ter alguma cautela — e por isso o Senhor Presidente da Câmara de Viseu proferiu as afirmações. E nós também vamos ter alguma cautela. Julgo que o processo deveria ser de facto um processo a nível nacional — os horários deveriam ser, de facto, definidos a nível nacional porque pode criar algumas disparidades em termos de economia local.

Gostava só de me pronunciar, ainda que brevemente, e apenas para alertar que o Governo deveria ter apresentado às autarquias a informação relativa aos custos que isso terá, em termos económicos nos concelhos, onde irá introduzir portagens. São custos muito elevados! Aveiro é uma cidade com forte logística e que será claramente afectada nessa matéria da qual o Governo não nos transmitiu qualquer informação.”

Presidente da Câmara⁰⁶²

“Senhor Presidente. Senhores deputados. Primeiro apresentar as sinceras desculpas aos senhores deputados que hoje tendo cumprido a lei e o regimento foram penalizados.

Hoje, os incumpridores, aqueles que não respeitaram nem a lei nem o regimento, acabaram por ser beneficiados porque colocaram questões que se poderiam ou que se deveriam ter colocado na Comunicação Escrita e mais uma vez colocaram-nas indevidamente, e mesmo assim, hoje, tiveram a resposta.

Só dar esta justificação aos que cumpriram. Quando terminou o momento das questões, já eram vinte e três horas e vinte minutos. Havia por isso duas opções: ou íamos embora às vinte e três horas e vinte minutos ou iríamos tentar aproveitar esses quarenta minutos que faltavam para a meia-noite — e estamos a tentar aproveitá-los.

Apenas uma justificação e duas notas. Quando temos uma equipa como a que temos, que é uma equipa excelente, empenhada, dedicada, motivada, só fica para mim essa justificação e apenas duas notas.

Quanto à justificação dizer o que já foi dito. E dizê-lo porque assumi o compromisso de o dizer aqui e justificar. Dos quatro Vereadores que estão ausentes, as faltas de dois, a Dr.^a Ana Neves e o Dr. Miguel Fernandes, a primeira por compromissos assumidos está no estrangeiro — não está cá. E o segundo, como aqui já foi dito, porque foi sujeito a uma intervenção cirúrgica e também não pode estar. Deixamos aqui o desejo de rápidas melhoras ao Dr. Miguel Fernandes.

Dos outros dois não posso falar porque não deram nota de nada, nem de qualquer impedimento.

Quanto às duas informações. A primeira, a requalificação da Avenida. Durante quatro anos como a Dr.ª Celina sabe, envolvemos cidadãos, discutimos, reflectimos, partilhámos as múltiplas perspectivas que cada um tem da Avenida e, no final, editámos um livro que sintetiza os trinta princípios que devem presidir a essa intervenção — está feita a parte teórica e a parte de envolvimento dos cidadãos. Esperemos para breve ter ou continuar a ter boas notícias para dar em relação à Avenida.

Quanto à acentuada incompetência aqui referida. Deixe-me dizer-lhe que estamos a tentar recuperar os oito anos em que V. Exas. estiveram aqui na Câmara e que deixaram ficar a Avenida exacta e rigorosamente igual a quando entraram aqui. Estamos falados quanto à competência.

É que as coisas não valem só pelo que se diz, pelo discurso, pelo verbo. Tem naturalmente a ver (e essa é sempre uma medida mais indicada para aferirmos) com aquilo que se faz ou que não se faz.

Quanto à segunda e última nota e que tem a ver com os pelouros. Nas eleições de dois mil e nove, como sabem, elegemos, para o Executivo seis vereadores. Desses seis vereadores, cinquenta por cento (três vereadores) entraram neste novo Executivo.

A esses três novos vereadores, dos vinte e quatro pelouros que o Município tem, foram distribuídos catorze. Isto é, esses três novos vereadores ficaram com sessenta por cento dos pelouros do município.

É perfeitamente natural e compreensível que, confrontados com esses pelouros e com realidades perfeitamente novas com que se depararam, se possa vir a sentir a necessidade de se proceder, em função da prática, a alguns ajustes. E esses ajustes podem acontecer quer por vontade dos próprios (de cada um desses Vereadores) quer de quem legalmente tem o dever de criar condições para que a equipa funcione o melhor possível, com a maior eficácia, e com a maior funcionalidade.

Daí que, no uso da competência legal, após diálogo demorado com todos os nossos vereadores (com os seis) decidi, porque essa competência é do Presidente, proceder alguns acertos que penso que já sabe. Assumi os pelouros do Planeamento e das Obras Municipais; o Vereador Carlos Santos o das Obras Particulares; o Vereador Pedro Ferreira o das Finanças. Todos os restantes se mantêm exactamente com a distribuição inicial. Cumpri assim com o meu dever de criar condições para que a nossa equipa funcione o melhor possível. E fi-lo no âmbito da competência que me é conferida pela Lei. Isto mesmo, ou melhor, muito mais do que isto, se tem verificado na nossa Câmara pelo menos nos últimos três mandatos. Por isso aconteceu com normalidade, porque aconteceu agora aquilo que aconteceu, com naturalidade, nos últimos três mandatos no nosso Município. Muito obrigado.”

Nos termos regimentais, o Presidente da Mesa interrompeu⁰⁶³ os trabalhos a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa informou da forma e do modo como as propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda, Partido Social Democrata e Centro Democrático Social, iriam ser colocadas à votação.

Presidente da Mesa⁰⁶⁴

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁶⁵

Presidente da Mesa⁰⁶⁷

(Saiu da sala o Vogal João Barbosa)

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁶⁸

Moção A – apresentada pelo Bloco de Esquerda

Colocada à votação a Moção A, foi a mesma aprovada por maioria, com nove votos a favor (PS6+BE2+PCP1), vinte e nove abstenções (PSD18+CDS6+PS4+IND1) e um voto contra (PSD1).

Moção B – apresentada pelo Bloco de Esquerda

Colocada à votação a Moção B, foi a mesma rejeitada, com vinte e cinco votos contra (PSD18+CDS6+IND1) dez abstenções (PS10) e quatro votos a favor (PSD1+BE2+PCP1).

Moção C – apresentada pelo CDS/PP

Vogal Carlos Barros: [066](#)

“Senhor Presidente, sobre a votação da Moção. O Grupo parlamentar do CDS retira a sua proposta, dizendo desde já que a quer agendada para uma próxima reunião, quando este assunto for devidamente esclarecido na especialidade na Assembleia da República e que a Associação Comercial tiver mais alguns elementos sobre esta situação. Portanto desde já retiramos a Moção apresentada e que a Mesa numerou de C. Muito obrigado.”

Moção D – apresentada pelo PPD/PSD

Colocada à votação a Moção D, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor (PSD19+CDS6+IND1+PCP1) duas abstenções (BE2) e dez votos contra (PS10).

Continuando o presidente da Mesa deu a palavra para declarações de voto.

Vogal António Salavessa (PCP): [073](#)

“Votei a favor da proposta do Bloco de Esquerda, relativamente à manutenção dos actuais horários dos hipermercados, porque independentemente dos considerandos apresentados, estou de acordo com o essencial da posição avançada — que coincide também com a posição que o PCP e a CDU têm nesta matéria. Votei a favor da proposta apresentada pelo PSD relativamente à implementação de portagens, porque somos contra a implementação de portagens em todas as SCUT, o que sendo muito mais do que aquilo que é proposto neste voto, inclui obviamente o que nele está escrito. Votei a favor da proposta relativa à situação da expulsão de cidadãos Romenos em França, porque entendo que é uma questão fundamental de direitos humanos que é preciso salvaguardar.”

Vogal Ivar Corceiro (BE): [074](#)

“A abstenção relativamente ao requerimento do Partido Social Democrata tem a ver, em termos gerais, porque é um requerimento sem interesse nenhum. É uma coisa que já foi discutida aqui e já todos percebemos que não passa de uma tentativa fraca do PSD Aveiro lavar as mãos daquilo que o seu próprio Partido faz a nível nacional, assume a nível nacional. Inclusive o seu líder é que fez com que o governo actual não acabasse com as isenções, fosse onde fosse. Além disso, concordamos com a política solidária a nível nacional e não apenas no nosso quintal.

Eu não ia falar nisto, mas como eu já percebi nestes nove meses da minha presença aqui que o PSD é um partido muito preocupado com a forma como se escrevem requerimentos e moções, aconselhava para a próxima a ter atenção aos erros ortográficos — tem três num texto pequeníssimo. Portanto para a próxima, já que se preocupa tanto com isso, peço que não tenha erros.

Relativamente à nossa proposta, à nossa moção, sobre a expulsão dos ciganos em França, eu fiz durante o debate duas perguntas concretas ao deputado do PSD e a resposta poderia ter sido um simples sim ou não. Mas como é habitual, quando não sabe responder tem um discurso escorregadio e fugidio àquilo que interessa. O que eu perguntei na altura foi se considerava se o Parlamento Europeu se excedeu e o PSD Açores se excedeu quando votaram a favor desta proposta? Não respondeu. Eu parto do princípio que acha que sim, que o PSD Açores se excedeu e que o Parlamento Europeu se excedeu também.

Esta é uma proposta mais importante do que a direita quis aqui mostrar. É uma proposta de princípios políticos. E a política não é a da nossa rua. A política é a de Aveiro, a de Portugal, e no mundo.

Relativamente à proposta dos hipermercados, o que está aqui em causa não é apenas a economia local. O que está aqui em causa é a economia local, mas são também as condições dos trabalhadores. São os trabalhadores que vão deixar de ter um dia de descanso certo por semana — portanto a questão passa muito pela espera da lei que aí vem. Os trabalhadores esses com certeza vão sofrer. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Barros (CDS/PP)⁰⁷⁵

“O grupo municipal do CDS absteve-se na proposta das etnias e das minorias, não estando claramente contra as etnias porque aceita-as perfeitamente desde que cumpram as leis e os deveres dos países onde estão inseridos. Abstivemo-nos nesta situação apenas porque não nos queremos imiscuir nos assuntos internos de França — neste caso.

Votámos contra a moção dos hipermercados e retirámos a nossa, precisamente porque a Lei ainda não está aprovada na especialidade e ficaremos a aguardar que a respectiva lei seja aprovada na especialidade para assim melhor podermos analisar a situação.

Em relação à proposta das SCUT como já aqui foi dito por mim nesta Assembleia, votámos a favor porque realmente estamos contra que elas sejam implementadas no nosso concelho. Muito obrigado,”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁷⁶

“A bancada do Partido Socialista votou contra a recomendação ou a moção relativamente às SCUT lembrando que foi o primeiro partido político em Aveiro a repudiar a proposta que foi feita, nomeadamente de portajar nas estradas e nos acessos que são praticamente municipais. E portanto tem a nossa condenação e continuará a ter a nossa condenação veemente. Mas obviamente que não podemos aprovar um texto que tem juízos de valor, que são mentirosos, relativamente à forma como este processo foi gerido. E portanto, tendo em conta os considerandos que subjazem à proposta, o Partido Socialista vota contra.

Relativamente à questão dos hipermercados e como dissemos durante o debate, não estão ainda reunidas condições nomeadamente, a informação suficiente e disponível, e não temos uma visão do próprio município que nos permita neste momento ter uma perspectiva de apoio ou reprovação desta proposta. E portanto estamos também numa perspectiva de esperar um pouco para ver e de recolher mais informação e nessa altura tomaremos uma posição mais concreta.

Sobre a questão da expulsão dos cidadãos de etnia cigana, cada um dos deputados municipais toma e fará a sua declaração, eu faço a minha pessoalmente. Aquilo que acontece e que está expresso na moção do BE, é ao abrigo de um qualquer expediente legal e por haver provavelmente algumas situações de alguns cidadãos que não tiveram um comportamento mais correcto, conseguiu-se erigir um movimento que é e que constitui o princípio de uma perseguição étnica e obviamente que eu reprovoo absolutamente, e portanto acho que Aveiro deve estar solidário com este tipo de protestos. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)⁰⁷⁷

“Senhor Presidente, eu queria fazer uma declaração de voto a título pessoal, do voto dos ciganos. Peço desculpa, utilizei uma linguagem ligeira e incorrecta. Mas queria dizer o seguinte: eu votei a favor, apesar da moção do BE ser bastante imperfeita, eu não posso deixar de entender que a matéria é importante e desse ponto de vista e das preocupações do ponto de vista humano, dos direitos humanos, já que se fala em deportações — e tudo é misturado à volta disso, é importante que nós todos tenhamos atenção a estes movimentos dentro da Europa, porque enfim, também todos estamos recordados seguramente daquilo que aconteceu no século XX. E portanto, isto é uma preocupação que tenho e não podia deixar de ter esta oportunidade. Enfim, foi a oportunidade que apareceu de poder expressar também a minha grande preocupação em relação a esta questão.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁷⁸

“Eu falo em nome da bancada e depois cada um dos meus colegas que queiram podem fazer as suas declarações individuais. Em relação à moção que o BE apresenta no que se refere à discriminação de cidadãos de origem étnica, religiosa e cultural diferente, é um assunto a que o PSD não pode ficar alheio. Principalmente no que diz respeito às boas práticas que nós temos levado no município de Aveiro de acolhimento de todos os cidadãos — e por isso, nós não podíamos por esta razão, principalmente por esta razão, votar contra esta moção.

No entanto reconhecemos mais uma vez que o BE mistura assuntos sérios com afirmações que são desenquadradas e não são fundamentadas principalmente nos considerandos que apresenta. E esta é a razão de nós não podermos ter votado favoravelmente esta proposta. No que diz respeito à abertura dos hipermercados aos domingos. Em defesa do comércio local e das suas vantagens para a região, segundo o BE, o grupo do PSD de maneira nenhuma podia votar favoravelmente porque ainda não temos uma Lei aprovada na especialidade. Ou seja, neste momento não podemos estar a falar de horários de abertura das diferentes superfícies comerciais porque ainda não sabemos quais vão ser na realidade esses horários e para que tipo de empresas e comerciais é que se vão aplicar determinados tipos de horários. E mais. Ainda é necessário, pelo menos é intenção do governo, legislar quanto à possibilidade das Câmaras, em casos devidamente justificados, alargarem ou restringirem os limites dos horários fixados que ainda não conhecemos. E por isso é extemporânea esta moção. Por isso não a podemos de maneira nenhuma aprovar e de certeza que este é um assunto que quando a Lei tiver saído com certeza que voltará a esta Assembleia e aqui com matéria de causa podemos julgar e podemos agir em conformidade com aquilo que o governo da nação nos propuser.

Em relação às SCUT. Como é óbvio o PSD de Aveiro em sintonia com o PSD nacional é a favor da aplicação de portagens. No entanto, entendemos que há determinadas zonas de mobilidade urbana em Aveiro que de maneira nenhuma podem ser zonas portajadas, principalmente zonas que impedem o desenvolvimento económico e a mobilidade dentro da própria cidade, dentro da própria malha urbana. É isso que acontece quando vai afectar toda a zona de Cacia e quando vai afectar toda a zona de Esgueira, na zona de confluência com o nosso Parque Desportivo e também com a zona industrial do município de Aveiro. E por essas razões nós também tivemos que apoiar e tivemos que fazer esta moção e congratulamo-nos pelo facto desta Assembleia Municipal ter aprovado esta moção. Muito obrigado.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁷⁹

“Para reafirmar no plano dos princípios a minha total identificação com os propósitos mencionados, nomeadamente nos pontos 2 e 3 da proposta do BE.

Reafirmar Aveiro como um município que rejeita todas as formas de discriminação e zela pelo princípio da igualdade de tratamento entre todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, religiosa e cultural.

Sempre foi a minha postura na vida e não preciso que hajam incidentes como os que aconteceram em França para me manifestar efectivamente contra isso. E votei contra, precisamente por entender que isto foi um fogacho político.

Estou plenamente convencido que isto extravasando e muito o plano da afirmação dos princípios e dos direitos humanos, de que todos somos solidários, entendi isto pessoalmente como um fogacho político. Apenas, enfim... para fazer um bonito e por isso votei contra, porque de resto sou perfeitamente de acordo.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁸⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação à proposta do BE relacionada com cidadãos de etnia cigana, abstive-me. É uma situação que directamente não nos diz respeito. Não temos cá isso. Respeitamos todas as etnias e raças — felizmente estão integradas na nossa sociedade. Portanto é um problema que foi colocado em Beja e em França, daí o motivo da minha abstenção.

Não tive dúvidas nenhuma em votar favoravelmente a proposta relacionada aos horários dos hipermercados. É sabido que o comércio tradicional em Aveiro está em queda livre e se este alargamento se fizer vai contribuir realmente para uma ruína ainda maior daquela que já existe.

Portanto ainda que não esteja definido, ainda que não haja legislação referente a esta situação, não tenho problema nenhum em dizer que esta será a minha posição hoje e amanhã, sempre que tal esta situação se venha a colocar. Muito obrigado.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁸¹

“Obrigado Senhor Presidente. Para reafirmar que me rejo por princípios que julgo serem de liberdade, de humanismo e de livre escolha. E não gosto que possam fazer aos portugueses o mesmo que alguns países gostam de fazer a outras pessoas. E portanto, à partida e sempre, eu serei contra este tipo de atitudes. E reafirmo a minha tomada de posição relativamente ao ponto 2 e 3 da moção que acho fundamental. Mas também considero que, o aproveitamento muitas vezes deste tipo de situações é nefasto até para estas próprias situações e também por isso eu me abstive.

Nunca poderia estar contra os princípios humanistas que regem a sociedade numa cidade livre e democrática, mas desta forma vi-me obrigado a votar na abstenção. Disse. Obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa, deu por encerrada⁰⁸² a primeira reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 06 de Outubro (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:00 horas do dia 30 de Setembro de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:30)